



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Celg Distribuição S.A. – CELG D submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, com o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração dados consolidados em relação ao mesmo período de 2016, exceto quando especificado em contrário. Os dados operacionais marcados com (*) não foram auditados pela auditoria independente Ernst Young Auditores Independentes S.S.

AMBIENTE REGULATÓRIO

Bandeiras Tarifárias

A partir janeiro de 2015, as contas de energia incorporaram os efeitos do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O sistema possui três bandeiras: verde, amarela e vermelha, que indicam se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade. No ano de 2017, as bandeiras tarifárias tiveram os seguintes acréscimos:

Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;

Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis.

De 01/02/2016 à 31/01/2017 - A tarifa sofre acréscimo de R\$ 1,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos;

A partir de 01/02/2017 - A tarifa sofre acréscimo de R\$ 2,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos (REH 2.203/2017)

Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração.

De 01/02/2016 à 31/01/2017 – A tarifa passou a ter dois patamares de acréscimo (R\$ 3,00 ou R\$ 4,50 para cada 100 kWh consumidos);

De 01/02/2017 à 31/10/2017 - A tarifa dos dois patamares passou a ser R\$ 3,00 (patamar 1) e R\$ 3,50 (patamar 2) para cada 100 kWh consumidos. (REH 2.203/2017)

A partir de 01/11/2017 - A tarifa da bandeira patamar 2 passou a ser R\$ 5,00 para cada 100 kWh consumidos (Audiência Pública 061/2017).

Preço-Teto do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD)

Em 15 de dezembro de 2015, a Resolução Homologatória n.º 2.002 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2016. O PLD máximo foi fixado em R\$ 422,56 /MWh e o valor mínimo em R\$ 30,25/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de Janeiro de 2016.

Em 13 de dezembro de 2016, a Resolução Homologatória n.º 2.190 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2017. O PLD máximo foi fixado em R\$ 533,82/MWh e o valor mínimo em R\$ 33,68/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2017.

Em 22 de dezembro de 2017, a Resolução Homologatória n.º 2.364 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2018. O PLD máximo foi fixado em R\$ 505,18/MWh e o valor mínimo em R\$ 40,16/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2018.

Reajuste Tarifário Anual

De acordo com seu contrato de concessão, a Companhia teve o reajuste tarifário em 22 de outubro de 2017. O reajuste tarifário médio foi de 14,65%, conforme homologado na Resolução Homologatória nº 2.313, de 17 de outubro de 2017, com vigência até 21 de outubro de 2018. Para os consumidores de baixa tensão, houve um aumento em torno de 15,89%. Já para os clientes de média e alta tensão, o reajuste foi cerca de 12,03%.



PRINCIPAIS INDICADORES

DESTAQUES DO PERÍODO

	2017	2016	Var. %
Volume de Energia - Venda e Transporte (GWh)*	13.313	12.832	3,7%
Receita Bruta (R\$ mil)	8.213.066	7.614.150	7,9%
Receita Líquida (R\$ mil)	4.901.641	4.008.605	22,3%
EBITDA (1) (R\$ mil)	429.437	2.840	>100,0%
Margem EBITDA (%)	8,76%	0,07%	8,69 p.p
Margem EBITDA ex-Receita de Construção	9,77%	0,08%	9,69 p.p
EBIT (2) (R\$ mil)	253.011	(127.917)	<-100,0%
Margem EBIT (%)	5,16%	-3,19%	8,35 p.p
Lucro Líquido (R\$ mil)	110.328	21.221	>100,0%
Margem Líquida	2,25%	0,53%	1,72 p.p
Margem Líquida ex-Receita de Construção	2,51%	0,56%	1,95 p.p
CAPEX (R\$ mil)*	837.116	312.812	>100,0%
DEC (12 meses)*	32,29	29,55	6,7%
FEC (12 meses)*	19,20	18,90	1,6%
Índice de Arrecadação (12 meses)*	99,19%	99,58%	-0,39 p.p
Perdas de Energia (12 meses)*	11,68%	12,87%	-1,19 p.p
Nº de Consumidores Totais*	3.052.924	2.979.956	2,4%
Nº de Colaboradores (Próprios)*	1.098	1.905	-42,4%
MWh/Colaboradores Próprios e Terceiros*	1.762	1.725	2,1%
PMSO (3)/Consumidor*	404	401	0,7%
Consumidor/Colaboradores Próprios e Terceiros*	321,46	373,01	-13,9%
Número Total de Colaboradores - Próprios e Terceiros	7.555	7.440	1,5%

(1) EBITDA: EBIT + Depreciações e Amortizações, (2) EBIT: Resultado do Serviço e (3) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

DESEMPENHO OPERACIONAL

NÚMERO DE CONSUMIDORES (UNIDADES)*

	2017	2016	Var. %
Mercado Cativo	2.919.992	2.823.417	3,4%
Residencial - Convencional	2.386.062	2.288.586	4,3%
Residencial - Baixa Renda	99.592	106.661	-6,6%
Industrial	9.534	9.843	-3,1%
Comercial	219.590	216.946	1,2%
Rural	183.982	180.770	1,8%
Setor Público	21.232	20.611	3,0%
Cientes Livres	186	103	80,6%
Industrial	129	77	67,5%
Comercial	57	26	>100,0%
Revenda	2	2	-
Subtotal - Consumidores Efetivos	2.920.180	2.823.522	3,4%
Consumo Próprio	256	247	3,6%
Consumidores Ativos sem Fornecimento	132.488	156.187	-15,2%
Total - Número de Consumidores	3.052.924	2.979.956	2,4%

A Celg encerrou 2017 com um incremento de 2,4% em relação ao número de consumidores registrado em 2016. O acréscimo observado entre os períodos analisados está concentrado, principalmente, nas classes residencial (convencional), comercial e rural com mais 97.476, 2.644 e 3.212 novos consumidores*, respectivamente.

Essa evolução reflete o crescimento vegetativo do mercado cativo da Celg, impulsionado pelo crescimento econômico do Estado de Goiás. Nos últimos 12 meses, os investimentos para conexão de novos clientes à rede da Companhia totalizaram o montante de R\$ 464 milhões*.



VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA (GWH)*

	2017	2016	Var. %
Mercado Cativo	10.880	11.651	-6,6%
Clientes Livres	2.433	1.181	>100,0%
Total - Venda e Transporte de Energia	13.313	12.832	3,7%

O volume total de venda e transporte de energia na área de concessão da Celg no ano de 2017 apresentou um incremento de 481 GWh em relação ao ano de 2016, decorrente do maior volume de energia transportada para clientes livres. Essa energia transportada gera uma receita para a Celg através da TUSD – Tarifa do Uso do Sistema de Distribuição.

VENDA DE ENERGIA NO MERCADO CATIVO (GWH)*

	2017	2016	Var. %
Residencial - Convencional	4.406	4.261	3,4%
Residencial - Baixa Renda	164	179	-8,4%
Industrial	1.212	2.055	-41,0%
Comercial	2.188	2.274	-3,8%
Rural	1.389	1.394	-0,3%
Setor Público	1.521	1.489	2,1%
Total - Venda de Energia no Mercado Cativo	10.880	11.652	-6,6%

A venda de energia no mercado cativo da Companhia apresentou uma redução de 6,6% no ano de 2017 quando comparado com 2016. Essa redução foi motivada, principalmente, pela migração de consumidores cativos comercial e industrial para o mercado livre.

INDICADORES OPERACIONAIS E DE PRODUTIVIDADE*

	2017	2016	Var. %
DEC 12 meses (horas)	32,29	29,55	6,7%
FEC 12 meses (vezes)	19,20	18,90	1,6%
Perdas de Energia 12 meses (%)	11,68%	12,87%	-1,19 p.p
Índice de Arrecadação 12 meses (%)	99,19%	99,58%	-0,39 p.p
MWh/Colaboradores Próprios e Terceiros	1.762	1.725	2,1%
Consumidor/Colaboradores Próprios e Terceiros	404	401	0,7%
PMSO (1)/Consumidor	321,46	373,01	-13,9%
Número Total de Colaboradores - Próprios e Terceiros	7.555	7.440	1,5%

(1) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

Os indicadores DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) medem a qualidade do fornecimento de energia do sistema de distribuição da Celg. Ambos os indicadores apresentaram aumento em 2017 comparado a 2016, devido, principalmente, à (i) ocorrências de grande relevância em subestações e redes decorrentes de anos de investimentos abaixo da necessidade do sistema; (ii) ao impacto negativo no Tempo Médio de Atendimento Emergencial – TMAE, em função da adequação das empresas que prestavam este serviço, o que gerou descontinuidade temporária de algumas equipes, alinhado a dificuldade das novas empresas na padronização dos serviços para seguir tecnologia Enel no sistema de operação e despacho dos serviços; e (iii) ao aumento do volume de chuvas e ventos no período de novembro e dezembro em relação ao ano anterior.

A Celg investiu R\$ 113 milhões* em qualidade do sistema no ano de 2017, e R\$ 25 milhões* no combate às perdas.



DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

PRINCIPAIS CONTAS DE RESULTADO (R\$ MIL) E MARGENS (%)

	2017	2016	Var. %
Receita Operacional Bruta	8.213.066	7.614.150	7,9%
Deduções à Receita Operacional	(3.311.425)	(3.605.545)	-8,2%
Receita Operacional Líquida	4.901.641	4.008.605	22,3%
Custos do Serviço e Despesas Operacionais	(4.648.630)	(4.136.522)	12,4%
EBITDA(1)	429.437	2.840	>100,0%
Margem EBITDA	8,76%	0,07%	8,69 p.p
Margem EBITDA ex- Receita de Construção*	9,77%	0,08%	9,69 p.p
EBIT(2)	253.011	(127.917)	<-100,0%
Margem EBIT	5,16%	-3,19%	8,35 p.p
Resultado Financeiro	(261.381)	110.841	<-100,0%
Imposto de Renda, Contribuição Social e Outros	118.698	38.297	>100,0%
Lucro Líquido	110.328	21.221	>100,0%
Margem Líquida	2,25%	0,53%	1,72 p.p
Margem Líquida ex- Receita de Construção	2,51%	0,56%	1,95 p.p
Lucro por Ação (R\$/ação)*	0,43	0,14	>100,0%

(1) EBITDA: EBIT + Depreciações e Amortizações, (2) EBIT: Resultado do Serviço

Receita Operacional Bruta

A receita operacional bruta da Celg alcançou um incremento de R\$ 599 milhões em relação ao ano de 2016. Excluindo-se o efeito da receita de construção, a receita operacional bruta da Companhia, em 2017, alcançou o montante de R\$ 7,70 bilhões, o que representa um aumento de 4,4% (R\$ 327 milhões) em relação ao ano anterior, cujo montante foi de R\$ 7,38 bilhões. Este aumento é o efeito líquido dos seguintes fatores:

RECEITA OPERACIONAL BRUTA (R\$ MIL)

	2017	2016	Var. %
Fornecimento de Energia Elétrica	6.855.381	7.292.149	-6,0%
Baixa renda	28.694	28.287	1,4%
Subvenção CDE - desconto tarifário	271.386	278.768	-2,6%
Fornecimento de Energia Elétrica - Mercado Cativo	7.155.461	7.599.204	-5,8%
Suprimento de energia elétrica	19.180	31.552	-39,2%
Disponibilidade da rede elétrica	43.134	40.517	6,5%
Receita de construção	505.501	233.420	>100,0%
Ativos e passivos financeiros setoriais	367.093	(421.473)	<-100,0%
Outras receitas	122.697	130.930	-6,3%
Total - Receita Operacional Bruta	8.213.066	7.614.150	7,9%

Variações relevantes

Ativos e passivos financeiros setoriais (incremento de R\$ 789 milhões): este incremento deve-se, principalmente, aos seguintes fatores: (i) maiores amortizações do passivo regulatório do período passado (2016/2017); e (ii) o aumento do ativo regulatório devido ao maior risco hidrológico e custos com compra de energia no ano de 2017, que serão ressarcidos no próximo reajuste tarifário de outubro de 2018.

Esse efeito foi parcialmente compensado por:

Fornecimento de Energia Elétrica – Mercado Cativo (redução de R\$ 444 milhões): esta redução está associada, principalmente, aos seguintes fatores: (i) Efeito do Reajuste Tarifário Anual de 2016, aplicado entre 22 de outubro de 2016 e 21 de outubro de 2017, que reduziu as tarifas da Celg em -9,53% em média; e (ii) redução de 6,6% no volume de energia vendida para o mercado cativo da Companhia (10.880 GWh em 2017 versus 11.651 GWh em 2016).

Suprimento de energia elétrica (redução de R\$ 12 milhões): Em 2017, a Celg deixou de fornecer energia para a distribuidora CHESP - Companhia Hidroelétrica do Vale do São Patrício, a qual passou a comprar nos leilões de venda de energia.



Deduções à Receita Operacional

As deduções da receita em 2017 apresentaram redução de R\$ 294 milhões em relação ao ano anterior. Esta redução é o efeito das seguintes variações:

DEDUÇÕES DA RECEITA (R\$ MIL)

	2017	2016	Var. %
ICMS	(1.810.596)	(2.004.669)	-9,7%
PIS	(128.795)	(128.715)	0,1%
COFINS	(593.239)	(592.869)	0,1%
ISS	(2.722)	(2.143)	27,0%
Total - Tributos	(2.535.352)	(2.728.396)	-7,1%
Encargo setorial CDE	(727.045)	(829.211)	-12,3%
P&De eficiência energética	(43.578)	(42.800)	1,8%
Taxa de fiscalização	(5.450)	(5.138)	6,1%
Total - Encargos Setoriais	(776.073)	(877.149)	-11,5%
Total - Deduções da Receita	(3.311.425)	(3.605.545)	-8,2%

Variações relevantes

Tributos (redução de R\$ 193 milhões): Esta variação é devido, principalmente, à redução do ICMS, em função da diminuição do faturamento entre os períodos analisados.

Encargos Setorial CDE (redução de R\$ 102 milhões): Esta redução deve-se, principalmente, a aprovação da Resolução homologatória Nº 2.204 de 07/03/2017, que aprovou o orçamento anual da Conta de Desenvolvimento Energético, o qual reduziu o orçamento da CDE-USO em comparação ao orçamento no ano anterior.

Custos do Serviço e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais em 2017 alcançaram R\$ 4,65 bilhões, um incremento de R\$ 512 milhões em relação ao ano de 2016. Excluindo-se o efeito do custo de construção, os custos do serviço e despesa operacional, em 2017, alcançaram o montante de R\$ 4,14 bilhões o que representa um incremento de R\$ 240 milhões em relação ao no de 2016, cujo montante foi de R\$ 3,90 bilhões. Este incremento é o efeito das seguintes variações:

CUSTOS DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS (R\$ MIL)

	2017	2016	Var. %
Custos e despesas não gerenciáveis	(2.971.244)	(2.591.504)	14,7%
Energia elétrica comprada para revenda	(2.881.807)	(2.325.379)	23,9%
Encargos do uso do sistema de transmissão	(255.515)	(185.491)	37,8%
Encargos de serviços do sistema	166.078	(80.634)	<-100,0%
Total - Não gerenciáveis	(2.971.244)	(2.591.504)	14,7%
Custos e despesas gerenciáveis			
Pessoal	(381.279)	(352.701)	8,1%
Material e Serviços de Terceiros	(507.015)	(514.671)	-1,5%
Depreciação e amortização	(176.426)	(130.757)	34,9%
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(62.338)	(30.483)	>100,0%
Provisões para riscos tributários, regulatórias, cíveis e trabalhistas	41.015	(148.735)	<-100,0%
Custo de construção	(505.501)	(233.420)	>100,0%
Indenizações DIC / FIC	(71.854)	(69.291)	3,7%
Receita de multa por impontualidade de clientes	57.785	2	>100,0%
Outras despesas operacionais	(71.773)	(64.962)	10,5%
Total - Gerenciáveis	(1.677.386)	(1.545.018)	8,6%
Total - Custos do Serviço e Despesa Operacional	(4.648.630)	(4.136.522)	12,4%

Variações relevantes

Energia Elétrica comprada para Revenda (incremento de R\$ 556 milhões): deve-se, principalmente, ao (i) aumento do custo com risco hidrológico e dos custos dos contratos por disponibilidade decorrente de aumento do PLD (Preço de Liquidação de Diferenças); e (ii) redução da geração hídrica (GSF).



Encargos do uso do sistema de transmissão (incremento de R\$ 70 milhões): decorrente de aumento da tarifa com encargos de transmissão aplicado a todas as distribuidoras do Brasil em 2017.

Redução na rubrica de Encargos de serviço do sistema (redução de R\$ 247 milhões): se explica, basicamente, pelo fato das distribuidoras terem recebido, em 2017, um crédito na fatura do Mercado de Curto Prazo decorrente de saldo excedente da conta de Encargo de Serviço do Sistema (ESS), resultando isoladamente em uma reversão do saldo dessa conta.

Custos e despesas gerenciáveis (incremento de R\$ 132 milhões). Excluindo-se o efeito do custo de construção, os custos e despesas gerenciáveis da Companhia, em 2017, alcançaram o montante de R\$ 1,17 bilhões, o que representa uma redução de 10,7% em relação ao ano anterior, cujo montante foi de R\$ 1,31 bilhões (R\$ 140 milhões):

(i) *Redução de 1,5% (R\$ 8 milhões)* em materiais e serviços de terceiros em razão de maior eficiência operacional.

(ii) *Redução de R\$ 190 milhões* na rubrica de Provisões para riscos tributários, regulatórias, cíveis e trabalhistas, devido, principalmente, à contingências regulatórias proporcionado pelo pagamento de autos de infração e reversão do TAC – Termo de Ajuste de Conduta.

(iii) *Aumento de R\$ 58 milhões* na rubrica de Receita de multa por impontualidade de clientes, decorrente, principalmente, de mudança no critério de classificação desta rubrica que em 2016 estava registrado em outras receitas financeiras.

Esse efeito foi parcialmente compensado por:

(iv) *Aumento de R\$ 32 milhões* na rubrica de Provisão para crédito de liquidação duvidosa, em função, principalmente, do aumento de emissão de TOI – Termo de Ocorrência Individual em 2017; e (ii) renegociação de dívidas de prefeituras.

(v) *Aumento de 8,1% (R\$ 29 milhões)* em despesas com pessoal, devido, basicamente, ao programa de demissão voluntária ocorrido em 2017.

(vi) *Aumento de 34,9% (R\$ 46 milhões)* em depreciação e amortização decorrente de (i) um aumento na base de ativos da Companhia; e (ii) maiores imobilizações feitas em 2017 com a depreciação retroagida à sua data de energização.

EBITDA e Margem EBITDA

O EBITDA da Celg em 2017 atingiu o montante de R\$ 429 milhões, o que representa um incremento de R\$ 426 milhões em relação ao ano de 2016. A margem EBITDA da Companhia em 2017 foi de 8,76%, com um incremento de 8,69 p.p. em relação a 2016. A margem EBITDA ex custo de construção da Companhia em 2017 foi de 9,77%, o que representa um incremento de 9,69 p.p. em relação a 2016.

De acordo com a instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, a divulgação do cálculo do EBITDA e do EBIT deve ser acompanhada da conciliação dos valores que os compõem, constantes das demonstrações contábeis da companhia. Abaixo demonstra-se a conciliação dos cálculos acima citados:

CONCILIAÇÃO DO EBITDA E DO EBIT (R\$ MIL)

	2017	2016	Var. %
Lucro Líquido do Período	110.328	21.221	>100,0%
(+) Tributo sobre o Lucro (NE 26)	(118.698)	(38.297)	>100,0%
(+) Resultado Financeiro (NE 27)	261.381	(110.841)	<-100,0%
(=) EBIT	253.011	(127.917)	<-100,0%
(+) Depreciações e Amortizações (NE 25)	176.426	130.757	34,9%
(=) EBITDA	429.437	2.840	>100,0%

Resultado Financeiro

As despesas financeiras líquidas da Celg encerraram o ano de 2017 em R\$ 261 milhões, um incremento de R\$ 372 milhões em relação ao ano anterior. Este incremento é o efeito líquido das seguintes variações:



RESULTADO FINANCEIRO (R\$ MIL)

	2017	2016	Var. %
Receitas Financeiras			
Renda de aplicação financeira	6.332	5.647	12,1%
Multas e acréscimos moratórios em conta de energia	3.966	197	>100,0%
Variações monetárias	21.595	49.040	-56,0%
Receita de ativo indenizável	1.195	14.631	-91,8%
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap	31.682	-	-
Variação monetária Parcela A e outros itens financeiros	44.124	202.140	-78,2%
Outras receitas financeiras	45.302	138.774	-67,4%
Total - Receitas Financeiras	154.196	410.429	-62,4%
Despesas financeiras			
Encargo de dívidas	(204.897)	(249.457)	-17,9%
Encargo de fundo de pensão	(16.321)	(26.965)	-39,5%
Multas	(42.839)	(104.975)	-59,2%
Variações monetárias	(56.978)	311.325	<-100,0%
IOF	(470)	(9.248)	-94,9%
SWAP	(27.800)	-	-
Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	(42.177)	(174.773)	-75,9%
Outras despesas financeiras	(24.095)	(45.495)	-47,0%
Total - Despesas Financeiras	(415.577)	(299.588)	38,7%
Total - Receitas e Despesas Financeiras	(261.381)	110.841	<-100,0%

Variações relevantes

Receita de ativo indenizável (redução de R\$ 13 milhões): A variação reflete a redução do IPCA acumulado entre os períodos analisados (6,29% em 2016 versus 2,95% em 2017).

Outras receitas financeiras (redução de R\$ 93 milhões): A variação é decorrente, principalmente, de mudança de metodologia, uma vez que os valores referentes a receita com multa contratual de fornecedores e ressarcimento com processos de energia foram para contas específicas em 2017.

Variação monetária Parcela A e outros itens financeiros – receita/despesa (incremento líquido de despesa em R\$ 25 milhões): Aumento em função do saldo líquido ser mais passivo do que ativo ao longo do ano, o que gerou mais despesa.

Variação monetárias diversas – receita/despesa (incremento líquido de despesa em R\$ 396 milhões): Esta variação explica-se, principalmente, pela alteração no contrato de Itaipu, que em 2016 estava sujeito a variações cambiais e que em 2017 foi reconhecido em moeda nacional, ficando assim livre de riscos relacionados as flutuações do dólar.

Esses efeitos foram parcialmente compensados por:

Encargos de Dívidas (redução de R\$ 45 milhões): Esta variação é reflexo de menor saldo médio de dívida durante 2017 e menor CDI, reduzindo assim os encargos entre os períodos analisados.

Encargos de fundo de pensão (redução de R\$ 11 milhões): Esta variação é em função de mudanças nas práticas contábeis adotadas pela companhia, que reapresentaram o valor de 2016, agora considerando o passivo de benefícios pós emprego relacionado a multa de FGTS, plano médico e planos de benefícios.

Multas (redução de R\$ 62 milhões): Esta variação é decorrente de maiores pagamentos de encargos por atraso na liquidação de PIS e COFINS em 2016.

Outras despesas financeiras (redução de R\$ 21 milhões): Esta variação é decorrente de mudança de procedimentos, uma vez que em 2016 era reconhecido nesta rubrica uma provisão de Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa - PECLD referente a juros/multas/IGPM e que em 2017 não houve tal provisão.

Tributos e Outros

TRIBUTOS (IR/CSLL) E OUTROS (R\$ MIL)

	2017	2016	Var. %
Tributos e Outros	118.698	38.297	>100,0%

O Imposto de Renda (IR) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) em 2017 registraram R\$ 118 milhões de receita de impostos diferidos, a qual é justificada uma vez que a Companhia constituiu PERT – Programa Especial de Regularização Tributária.



Lucro Líquido e Margem Líquida

Com base nos efeitos expostos anteriormente, a Celg registrou em 2017 um lucro líquido de R\$ 110 milhões, valor R\$ 89 milhões superior ao registrado no ano de 2016. A Margem Líquida em 2017 alcançou 2,25%. Excluindo-se a receita de custo de construção, a Margem Líquida da Companhia atingiu 2,51% (0,56% em 2016).

ENDIVIDAMENTO E LIQUIDEZ

INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO

	2017	2016	Var. %
Dívida bruta (R\$ mil)	1.124.559	1.057.574	6,3%
(-) Caixa, Equivalentes e Aplicações Financ. (R\$ mil)	97.770	76.144	28,4%
Dívida líquida (R\$ mil)	1.026.789	981.430	4,6%
Dívida Bruta / EBITDA(1)*	2,62	372,39	-99,2%
Dívida bruta / (Dívida bruta + PL)	0,24	N/A	-
Dívida líquida / (Dívida líquida + PL)	0,23	N/A	-

(1) EBITDA: EBIT + Depreciações e Amortizações

A dívida bruta da Celg encerrou o ano de 2017 em R\$ 1.125 milhões, um incremento de R\$ 67 milhões em relação a 2016. A variação da dívida bruta deve-se, basicamente, as novas captações de dívidas (R\$ 550 milhões de captações bancárias), em conjunto com a correção monetária de 14 milhões e provisão de encargos de R\$ 120 milhões, parcialmente compensados, por amortizações e pagamento de encargos ocorridos entre os períodos comparados, que alcançaram respectivamente R\$ 456 milhões e R\$ 106 milhões.

A Celg encerrou 2017 com o custo médio da dívida de 11,63%* a.a., ou CDI +1,42%* a.a.

Colchão de Liquidez*

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, em 31 de dezembro de 2017, a Companhia tinha a seu dispor R\$ 25 milhões em limites abertos de conta garantida para utilização em operações de curto prazo.

INVESTIMENTOS

INVESTIMENTOS (R\$ MIL)*

	2017	2016	Var. %
Novas Conexões	464.443	185.626	>100,0%
Rede	138.476	24.433	>100,0%
Combate às Perdas	25.374	-	-
Qualidade do Sistema Elétrico	113.102	24.433	>100,0%
Outros	178.849	102.753	74,1%
Variação de Estoque	55.348	-	-
Total Investido	837.116	312.812	>100,0%
Aportes / Subsídios	(309.214)	(215.448)	43,5%
Investimento Líquido	527.902	97.364	>100,0%

Os investimentos realizados pela Celg em 2017 alcançaram R\$ 837 milhões, um incremento de R\$ 524 milhões em relação ao ano anterior. O maior volume de investimentos em 2017 foi direcionado a novas conexões, que representaram cerca de 55% de todo o valor investido no período mencionado.

Excluindo os aportes e subsídios, os investimentos líquidos realizados pela Celg atingiram R\$ 528 milhões em 2017.



RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Uma nova forma de pensar sustentabilidade surgiu na CELG D em 2017, após o início da gestão do grupo Enel, que ocorreu em fevereiro. A partir desta data, a CELG D passou a integrar todos os compromissos públicos assumidos pela ENEL, como o apoio aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS), tendo a sustentabilidade inserida em sua estratégia. O primeiro semestre foi marcado por mudanças estruturais, com a criação de uma diretoria específica para o tema, tendo o desafio de implementar projetos que atendessem as necessidades das partes interessadas e disseminasse a nova visão da companhia para os públicos internos e externos. Mapeamentos foram feitos, com identificação das necessidades locais junto aos stakeholders, que apontaram questões relevantes para atuação, como eficiência energética, acesso a tarifa social de energia elétrica, empregabilidade e educação de jovens, saúde e segurança laboral e engajamento de colaboradores para as questões socioambientais.

Uma das ações realizadas após este mapeamento foi a disseminação da Cultura da Sustentabilidade para os colaboradores, feito pelo Programa Sustentabilidade em Rede (SER), que detalhou a estratégia da empresa, por meio dos seus pilares: Ser Ambiental, Ser Social, Ser Econômico e Ser Humano. Além do trabalho interno com colaboradores, foi lançado o programa Luz Solidária para funcionários e para clientes, que trocou mais de 27 mil equipamentos ineficientes por equipamentos com o selo A do Procel, em todo Estado de Goiás. Foram beneficiados 13.661 clientes, que por meio do programa apoiaram 37 projetos sociais, criando assim valor compartilhado para todos. O programa também veiculou uma grande campanha de comunicação com dicas de economia de energia para todo o estado. Outra ação de destaque foi o início do projeto Enel Compartilha Oportunidade, com a parceria realizada entre a CELG e o SENAI de Goiânia, para realização do curso de eletricista de rede de baixa tensão. Este curso é voltado para jovens de comunidades de baixa renda e visam a inserção dos mesmos no mercado de trabalho. Ao todo, a CELG D investiu cerca de R\$ 27 milhões em projetos que tiveram início em 2017, alcançando o total de 17 mil beneficiados e foram trocadas 9.735 lâmpadas incandescentes e 7.470 geladeiras. Como projetos, destacam-se:

Luz Solidária: É um projeto de crowdfunding onde os clientes das empresas de distribuição da Enel recebem um incentivo em desconto nas lojas varejistas parceiras do programa para trocar um equipamento elétrico de sua casa por outro mais eficiente (como ar condicionados, geladeiras, freezer), concordando em entregar o antigo para a reciclagem e em contribuir financeiramente para um projeto social.

Enel Compartilha Consumo Consciente: Para promover o acesso à energia, o programa vai até a casa das pessoas ou em espaços comunitários para dialogar sobre o uso sustentável da energia elétrica e de outros recursos. Um outro equipamento desse programa que apoia a difusão do consumo consciente de energia, são as carretas customizadas com maquetes, jogos e animação sobre energia e meio ambiente, que ficam abertas ao público em praças públicas, promove concursos e sorteios de troca de equipamentos, como lâmpadas e geladeiras e ainda realiza visitas em escolas.

Enel Compartilha Cidadania: O projeto Enel Compartilha Cidadania atua junto a famílias através de oficinas e visitas domiciliares, promovendo a formação de uma rede social que atue numa perspectiva integradora, buscando fortalecimento do cidadão e das relações comunitárias.

Enel Compartilha Empreendedorismo: O programa desenvolve e apoia projetos que potencializam o desenvolvimento econômico de pessoas e grupos em comunidades de baixa renda, estimulando a formação de redes e associações produtivas comunitárias, apoiando-os na qualificação de seus produtos, na criação de canais de venda, na formação para gestão e desenvolvimento de mercado, respeito ao meio ambiente e possível aporte de estrutura e insumos.

Enel Compartilha Oportunidade: Promove o desenvolvimento social e econômico das regiões onde a empresa atua, desenvolve projetos de capacitação para o mercado de trabalho para jovens e adultos nas comunidades do entorno, cria redes de empregadores com as empresas contratadas em sua cadeia de valor e com outras empresas da região. O programa também emprega alguns desses jovens em suas atividades e identifica outras oportunidades de emprego, encaminhando-os e acompanhando seu desenvolvimento profissional.

Rede do Bem – Programa de Voluntariado Enel Brasil: A Rede do Bem promove ações de voluntariado, a fim de estimular a cidadania e criar um ambiente de cooperação entre os colaboradores da empresa com as comunidades. Em 2015 foi lançada a nova plataforma online do programa, que deu aos voluntários mais autonomia e interatividade dentro da Rede do Bem. Em 2017 o programa chegou na Celg e foram promovidas campanhas de doação e reformas que mobilizaram 32 voluntários.

Programa de Cultura da Sustentabilidade “Ser – Sustentabilidade em Rede”: Lançado com o objetivo de criar e difundir a cultura de sustentabilidade em toda a cadeia de valor, o programa promove ações focadas na transformação dos espaços, dos processos e das pessoas na empresa. Em 2017 temas como direitos humanos, controle financeiro, empreendedorismo e cuidados com o meio ambiente, foram abordados nas 36 atividades, durante os quatro meses dedicados aos pilares Ser Humano, Ser Social, Ser Ambiental e Ser Econômico.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Nos termos da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, destacamos que a Companhia firmou contrato com a Ernst Young Auditores Independentes, para prestação de serviços de auditoria de suas Demonstrações Contábeis Anuais e a certificação dos números apresentados nas demonstrações contábeis regulatórias (DCR) para um período de 1 (um) ano.

A política de atuação da Companhia, bem como das demais empresas do Grupo Enel quanto à contratação de serviços não-relacionados à auditoria junto ao auditor independente, se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente.



INFORMAÇÕES CORPORATIVAS

Composição da Diretoria

- § Abel Alves Rochinha - Diretor Presidente
- § Carlos Omar Arriagada Retamal - Diretor de Infra-Estrutura e Redes
- § Nelson Ribas Visconti - Diretor de Administração, Finanças e Controle
- § Raimundo Câmara Filho Moreira - Diretor de Recursos Humanos e Organização

- § Emerson Caçador Rubim - Diretor de Regulação
- § Abel Alves Rochinha - Diretor de Compras
- § Déborah Meirelles Rosa Brasil- Diretora Jurídica
- § Rodrigo Raposo da Camara Machado - Diretor de Mercado
- § Roberto Nunes Fonseca Junior – Diretor de Serviços

Composição do Conselho de Administração

Conselheiros Efetivos:

- § Mário Fernando de Melo Santos
- § Carlo Federico Vladimir Il'ic Zorzoli
- § Antonio Basilio Pires de Carvalho e Albuquerque

Conselheiros Suplentes:

- § Aurelio Ricardo Bustilho de Oliveira
- § Gianluca Caccialupi
- § Maria Eduarda Fisher Alcure



Composição do Conselho Fiscal

Conselheiros Efetivos

§ José Roberto Faveret Cavalcanti
§ Sérgio Piqueira Pimentel Maia
§ Marcus Cosendey Perlingeiro
§ Luis Felipe Krieger Moura Bueno

Conselheiros Suplentes

§ Luiz Henrique Barros de Arruda
§ André de Lamare Biolchini
§ Jorge Eduardo Gouvêa Vieira

Contador Responsável

Alan dos Reis Santos - CRC SP-244288/O-2

Razão Social: Celg Distribuição S.A. – CELG D

SEDE

Endereço: Rua 2, Quadra A-37, nº 505, Edifício Gileno Godoi, Bairro Jardim Goiás, CEP: 74805-180, Goiânia, Goiás

CEP: 74805-180

CNPJ: 01.543.032/0001-04

Goiânia, 27 de fevereiro de 2018.

A Administração

Demonstrações Financeiras

CELG Distribuição S.A. - CELG D

31 de dezembro de 2017
com relatório do auditor independente

CELG Distribuição S.A. - CELG D

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado.....	6
Demonstração do resultado abrangente.....	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração do fluxo de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
CELG Distribuição S.A. - CELG D
Goiânia - GO

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da CELG Distribuição S.A. - CELG D (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CELG Distribuição S.A. - CELG D em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Demonstrações financeiras de exercício anterior examinadas por outro auditor independente

O exame das demonstrações financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na Nota Explicativa nº 1.3, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificação datado de 27 de março de 2017. Como parte de nosso exame das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017, examinamos os ajustes nos valores correspondentes das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, que em nossa opinião são apropriados e foram corretamente efetuados, em todos os aspectos relevantes. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras, referentes ao exercício de 2016 ou sobre os saldos iniciais de 1º de janeiro de 2016 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre essas demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

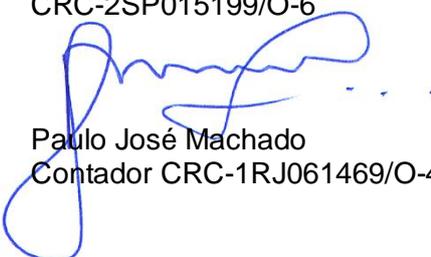
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2018.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Paulo José Machado
Contador CRC-1RJ061469/O-4

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

CELG Distribuição S.A. - CELG D

Balancos patrimoniais

31 de dezembro de 2017, 2016 e 1 de janeiro de 2016 (31 de dezembro de 2015)

(Em milhares de reais)

Ativos	Notas	31/12/2017	31/12/2016 Reapresentado	01/01/2016
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	97.770	76.144	82.182
Consumidores	5	1.141.837	912.922	1.059.200
Consumidores - serviços prestados		1.650	1.809	1.861
Ativos financeiros setoriais	6	-	-	141.397
Subvenção CDE - desconto tarifário	7	46.082	34.543	20.475
Tributos a compensar	8	62.061	8.421	40.382
Serviço em curso		38.204	35.837	32.551
Crédito especiais	9	201.815	94.335	107.330
Outros ativos	10	163.605	93.341	115.505
Total do ativo circulante		1.753.024	1.257.352	1.600.883
Não circulante				
Consumidores	5	79.852	39.012	29.564
Ativos financeiros setoriais	6	81.155	-	-
Cauções e depósitos	11	156.229	136.485	60.826
Tributos a compensar	8	121.090	141.149	130.059
Instrumentos financeiros derivativos - SWAF	17	18.216	-	-
Ativo indenizável (concessão)	13	100.593	86.029	67.201
Imobilizado	14	41.349	42.394	44.449
Intangível	15	6.154.199	1.939.107	1.908.127
Investimento		2.658	2.658	2.665
Crédito especiais	9	929.797	555.730	558.929
Outros ativos	10	1.737	71	11.911
Total do ativo não circulante		7.686.875	2.942.635	2.813.731
Total dos ativos		9.439.899	4.199.987	4.414.614

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

CELG Distribuição S.A. - CELG D

Balanço patrimonial

31 de dezembro de 2017, 2016 e 1 de janeiro de 2016 (31 de dezembro de 2015)

(Em milhares de reais)

Passivos	Notas	31/12/2016		
		31/12/2017	Reapresentado	01/01/2016
Circulante				
Fornecedores	16	862.887	541.886	1.059.218
Empréstimos e financiamentos	17	151.560	477.405	515.482
Salários, Provisões e encargos sociais		41.508	58.131	49.017
Obrigações fiscais	18	297.216	330.185	402.943
Passivos financeiros setoriais	6	116.988	213.850	-
Obrigações com benefícios pós-emprego	22	38.837	40.682	37.216
Taxa regulamentares	19	279.476	629.143	305.608
Outras obrigações	20	158.928	395.434	511.750
Total do passivo circulante		1.947.400	2.686.716	2.881.234
Não circulante				
Fornecedores	16	935.621	938.672	926.577
Empréstimos e financiamentos	17	991.215	580.136	761.086
Tributos diferidos	12	373.520	76.426	114.723
Obrigações fiscais	18	-	-	10.183
Passivos financeiros setoriais	6	-	97.035	56.264
Obrigações com benefícios pós-emprego	22	119.939	241.172	228.214
Provisão para riscos tributários, regulatórias cíveis e trabalhistas	21	1.033.259	706.594	568.100
Taxa regulamentares	19	226.239	76.441	122.305
Outros obrigações	20	297.087	114.953	65.886
Total do passivo não circulante		3.976.880	2.831.429	2.853.338
Patrimônio líquido				
	23			
Capital social		4.658.679	3.475.679	3.475.679
Reserva de Capital		3.507.653	-	-
Reservas de reavaliação		125.653	150.923	183.366
Outros resultados abrangentes		8.332	-	-
Prejuízos acumulados		(4.784.698)	(4.944.760)	(4.979.003)
Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores		3.515.619	(1.318.158)	(1.319.958)
Total do patrimônio líquido e passivos		9.439.899	4.199.987	4.414.614

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

CELG Distribuição S.A. - CELG D

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2017	31/12/2016 Reapresentado
Receita líquida	24	4.901.641	4.008.605
Custo do serviço	25	(4.293.188)	(3.679.387)
Lucro operacional bruto		608.453	329.218
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas com vendas	25	(84.547)	(48.127)
Despesas gerais e administrativas	25	(329.179)	(409.885)
Outras receitas operacionais	25	58.284	877
Total de receitas (despesas) operacionais		(355.442)	(457.135)
Resultado antes da apuração do resultado financeiro		253.011	(127.917)
Receita financeira	27	154.196	410.429
Despesa financeira	27	(415.577)	(299.588)
Total do Resultado financeiro		(261.381)	110.841
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(8.370)	(17.076)
Imposto de renda e contribuição social correntes	26	(27.605)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	146.303	38.297
Lucro Líquido do exercício		110.328	21.221

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

CELG Distribuição S.A. - CELG DDemonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

		31/12/2016	
	Notas	31/12/2017	Reapresentado
Lucro Líquido do exercício		110.328	21.221
Outros resultados abrangentes			
Ganho (perda) atuarial em fundo de pensão	22	20.483	(19.421)
Tributos diferidos sobre ganho atuarial em fundo de pensão	12	3.981	-
Ganho em instrumentos financeiros derivativos		14.334	-
Tributos diferidos sobre ganho em instrumento financeiro derivativos	12	(6.002)	-
Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos		143.124	1.800

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

CELG Distribuição S.A.- CELG D

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de reavaliação	Prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
Saldos em 01º de Janeiro de 2016	3.475.679		183.366	(4.979.003)	-	(1.319.958)
Perda atuarial em benefícios pós emprego	-	-	-	-	(19.421)	(19.421)
Transferência para prejuízos acumulados	-	-	-	(19.421)	19.421	-
Lucro do exercício	-	-	-	21.221	-	21.221
Reserva de Reavaliação	-	-	(32.443)	32.443	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	3.475.679	-	150.923	(4.944.760)	-	(1.318.158)
Aumento de Capital	1.183.000	-	-	-	-	1.183.000
Ganho atuarial em benefícios pós emprego	-	-	-	-	20.483	20.483
Tributos diferidos sobre benefícios pós emprego	-	-	-	-	3.981	3.981
Transferência para prejuízos acumulados	-	-	-	24.464	(24.464)	-
Lucro do exercício	-	-	-	110.328	-	110.328
Ganho de instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	14.334	14.334
Tributos Diferidos s/instrumentos financeiros derivativos - Swap	-	-	-	-	(6.002)	(6.002)
Reserva de Reavaliação	-	-	(25.270)	25.270	-	-
Reserva acervo líquido incorporado EPC	-	3.507.653	-	-	-	3.507.653
Saldos em 31 de dezembro de 2017	4.658.679	3.507.653	125.653	(4.784.698)	8.332	3.515.619

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

CELG Distribuição S.A. - CELG D

Demonstração do fluxo de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	31/12/2017	31/12/2016 Reapresentado
Lucro Líquido do exercício	110.328	21.221
Ajustes por		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	62.338	30.483
Depreciação e amortização	189.258	139.520
Juros e variações monetárias	93.520	183.052
Ativos financeiros setoriais	(1.947)	(27.367)
Receita de ativo indenizável	(1.195)	(14.631)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(146.303)	(38.297)
Provisões (reversões) para riscos tributários, regulatórios, cíveis e trabalhistas	(41.015)	148.735
Obrigações com benefício pós-emprego	17.316	29.716
P&D e eficiência energética	43.578	42.800
Outros	(8.660)	(31.682)
	317.218	483.550
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Consumidores	(274.308)	106.349
Subvenção CDE- desconto tarifário	(11.539)	(14.068)
Ativos financeiros setoriais	(79.208)	168.764
Tributos a compensar	(33.581)	20.871
Cauções e Depósitos vinculados a litígios	(19.684)	(75.622)
Serviço em Curso	(2.367)	(3.286)
Consumidores - serviços prestados	159	52
Créditos Especiais	239.044	16.194
Outros créditos	59.605	103.990
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	321.856	(505.077)
Salários, Provisões e encargos sociais	(16.623)	9.114
Obrigações fiscais	(32.969)	(82.941)
Taxas regulamentares	(260.389)	234.871
Passivos financeiros setoriais	(193.897)	254.621
Pagamento de benefício pós emprego	(119.911)	(32.713)
Pagamento das provisões para riscos tributários, regulatórios, cíveis e trabalhistas	(352.911)	(10.241)
Outros passivos	(185.492)	(104.659)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	(644.997)	569.769
Atividades de investimento		
Aplicações no intangível e imobilizado	(517.725)	(233.685)
Caixa recebido na venda de outros ativos permanentes	49.666	60.156
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	(468.059)	(173.529)
Atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	550.000	80.000
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(492.013)	(302.284)
Pagamentos de juros de empréstimos e financiamentos	(106.305)	(179.994)
Integralização de capital	1.183.000	-
Caixa líquido gerado (consumido) pelas as atividades de financiamento	1.134.682	(402.278)
Aumento (redução) líquido(a) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	21.626	(6.038)
Caixa e Equivalentes de caixa no início do exercício	76.144	82.182
Caixa e Equivalentes de caixa no final do exercício	97.770	76.144
	21.626	(6.038)
Aumento (redução) líquido(a) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	21.626	(6.038)

CELG Distribuição S.A. - CELG D

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

1. Informações gerais

1.1 Contexto operacional

A CELG Distribuição S.A. - CELG D (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado concessionária de serviço público de energia elétrica no seguimento de distribuição. A Companhia está sediada na Rua 2, Número 505, Jardim Goiás, Goiânia – GO.

A Companhia tem como principal objeto social a exploração técnica e comercial de distribuição de energia no Estado de Goiás, assim como a realização de estudos, projetos, construção e operação de redes de distribuição de energia elétrica. A Celg hoje é uma empresa do Grupo Enel, multinacional de energia presente em mais de 30 países e com atuação nos segmentos de distribuição, geração e soluções de energia.

Conforme 5ª Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 63/2000-ANEEL de 25 de agosto de 2000, publicado em 30 de dezembro 2015, a Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica no Estado de Goiás pelo prazo de 30 (trinta) anos a partir de 7 de julho de 2015.

Ao término do contrato de concessão, os bens e instalações vinculados passarão a integrar o patrimônio do Poder Concedente, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados mediante auditoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

1.2 Alienação do controle acionário

Em 30 de novembro de 2016 a Enel Brasil S.A. foi vencedora do leilão de privatização da Companhia. A remuneração paga pela aquisição dos 94,84% da CELG foi de R\$ 2.187.000. Além disso, o processo de privatização também determinou que 7.676.127 ações da CELG, de propriedade da Eletrobrás e correspondentes aos 5,04% do capital social, teriam sido oferecidas aos funcionários da CELG, com a obrigação da Enel Brasil S.A comprar as ações para que os funcionários não exercessem suas opções de ações. Dessa forma, em 4 de maio de 2017, a Enel Brasil S.A adquiriu 5,04% do capital social da CELG, no montante de R\$ 81.669 milhões, referente à parte das ações não adquiridas pelos empregados. Assim, no final do processo de aquisição, a Enel possui 99,88% do capital social da CELG.

1.3 Reapresentação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016

A companhia está reapresentando as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (parágrafos 41 e 42), originalmente aprovadas pelo Conselho de Administração em 27 de fevereiro de 2017, para aplicação de ajustes retrospectivos decorrentes de erros e mudança de política contábil no exercício.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em decorrência da correção de erros e mudanças nas práticas contábeis adotadas pela Companhia, os valores correspondentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados conforme abaixo:

	Notas	31/12/2016	Ajuste	Reclassificação	31/12/2016 Reapresentado
Ativos					
Circulante					
Consumidores	5	949.081	(40.588)	4.429	912.922
Subvenção CDE - desconto tarifário	7	30.422	15.464	(11.343)	34.543
Total do ativo circulante		979.503	(25.124)	(6.914)	947.465
Não circulante					
Cauções e depósitos	11	212.420	(75.935)	-	136.485
Ativo indenizável (concessão)	13	62.296	23.733	-	86.029
Total do ativo não circulante		274.716	(52.202)	-	222.514
Passivos					
Circulante					
Fornecedores e outras contas a pagar	16	528.764	13.122	-	541.886
Empréstimos e financiamentos	17	471.294	6.111	-	477.405
Obrigações fiscais	18	277.612	52.573	-	330.185
Passivos financeiros setoriais	6	210.204	3.646	-	213.850
Total do passivo circulante		1.487.874	75.452	-	1.563.326
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	17	614.182	(34.046)	-	580.136
Tributos diferidos	12	-	76.426	-	76.426
Passivos financeiros setoriais	6	62.522	34.513	-	97.035
Obrigações com benefícios pós-emprego	22	109.016	132.156	-	241.172
Provisão para riscos tributários, cíveis, regulatórios e trabalhistas	21	669.729	36.865	-	706.594
Outros obrigações	20	94.785	20.168	-	114.953
Total do passivo não circulante		1.550.234	266.082	-	1.816.316

Os valores devem ser registrados nos saldos de abertura, pois afetaram erroneamente o resultado de 2017, uma vez que devem ser registrados na competência de 2016, ou anterior. Para isso, devemos expurgá-los de 2017 e reconhecê-los no balanço de abertura.

1.4 Prorrogação das concessões de serviço público de energia elétrica

O Decreto número 8.461, de 02 de junho de 2015, que regulamentou a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica e autorizou o Ministério de Minas e Energia a prorrogar as concessões de distribuição de energia elétrica, estabeleceu que deverão ser observados os seguintes indicadores:

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

I. Eficiência da qualidade do serviço, a ser apurada por meio dos indicadores Duração Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora ("DECI") e Frequência Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora ("FECI");

II. Eficiência econômico-financeira, a ser apurada por meio do EBITDA e do nível de endividamento, que significa a capacidade da concessionária honrar com seus compromissos econômico-financeiros de maneira sustentável;

III. Racionalidade operacional e econômica;

IV. Modicidade tarifária.

As métricas de melhoria contínua para tais indicadores foram estabelecidas pelo Poder Concedente no 5ª Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 63/2000-ANEEL, sob pena de extinção da concessão.

De igual forma, a partir do sexto ano, o descumprimento de tais metas, configurará a inadimplência da concessionária e implicará a abertura do processo de caducidade, observados o seguinte: (i) Critério I - Eficiência da qualidade do serviço: se houver descumprimento por três anos consecutivos; ou (ii) Critério II - Eficiência econômico-financeira: se houver descumprimento por dois anos consecutivos. Porém, neste caso, o concessionário poderá apresentar um plano de transferência do controle societário como forma alternativa a essa extinção, contendo a viabilidade da troca de controle e o benefício dessa medida para a adequação do serviço prestado.

1.5 Incorporação Reversa

Em 13 de setembro de 2017, a Celg Distribuição S.A, então controlada da Enel Investimentos S.A, submeteu à autorização prévia da ANEEL o pedido de incorporação reversa envolvendo a Celg D e Enel Investimentos. Em reunião do Conselho de Administração da Celg, realizada em 28 de novembro de 2017, foi aprovado o processo de reestruturação submetido à Assembleia Geral Extraordinária. Em reunião de Diretoria realizada em 30 de novembro de 2017, aprovou a reestruturação mediante a anuência da ANEEL através do Despacho nº 3.820/17, autorizando a incorporação reversa da Enel Investimentos pela Celg D.

O laudo de avaliação do acervo líquido da Enel Investimento incorporado pela Celg D foi elaborado a valor contábil em conformidade com o disposto no art. 227 da Lei das S.A. e práticas contábeis adotadas no Brasil. Foi preparado por empresa de avaliação independente com base no balanço da Enel Investimento de 31 de outubro de 2017. O valor do acervo líquido avaliado no montante de R\$ 3.215.815, está detalhado abaixo:

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Ativo	31/10/2017	Passivo	31/10/2017
Ativo não circulante		Passivo não circulante	
Investimentos ⁽¹⁾	(291.838)	Tributos e contribuições sociais	453.199
Mais valia - concessão	4.054.807	Amortização - diferido concessão	(11.823)
Amortização - concessão	<u>(105.778)</u>	Total passivo não circulante	<u>441.376</u>
Total ativo não circulante	<u>3.657.191</u>	Acervo líquido incorporado	3.215.815
Total do Ativo	<u>3.657.191</u>	Total do passivo e patrimônio líquido	<u>3.657.191</u>

(1) Montante referente ao Investimento que a Enel Investimentos detinha na Celg D, o qual foi eliminado no momento da incorporação.

2. Apresentação das informações contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens: Instrumentos financeiros – mensurados a valor justo por meio do resultado; Instrumentos financeiros - disponíveis para venda; Provisões para riscos tributários, regulatórios, cíveis e trabalhistas e benefícios pós-emprego.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas e que requerem maior nível de julgamento e estão sujeitas a estimativas incluem: receita não faturada, imposto de renda e contribuição social diferidos, perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e provisões para riscos tributários, regulatórios, cíveis e trabalhistas, benefícios pós-emprego, intangível (amortização) e instrumentos financeiros.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados, aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir.

A Diretoria Executiva da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 27 de fevereiro de 2018.

2.2 Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

A Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real, de acordo com as definições do Pronunciamento Técnico CPC nº 02 (R1) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras.

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas realizadas em moeda diferente da funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos no resultado do exercício.

2.3 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial.

a) Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Desconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- ▶ Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- ▶ A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Redução do valor recuperável de ativos financeiros A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo deduzido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Desconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

c) Hedge de fluxo de caixa

Fornecer proteção contra a variação nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado.

No reconhecimento inicial de uma relação de hedge, a Companhia classifica formalmente e documenta a relação de hedge à qual a Companhia deseja aplicar contabilidade de hedge, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da Administração para levar a efeito o hedge. A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, o item ou transação objeto de hedge, a natureza do risco objeto de hedge, a natureza dos riscos excluídos da relação de hedge, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de hedge e a forma como a Companhia irá avaliar a eficácia do instrumento de hedge para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de hedge ou fluxos de caixa relacionados ao risco objeto de hedge. Quanto ao hedge de fluxos de caixa, a demonstração do caráter altamente provável da transação prevista objeto do hedge, assim como os períodos previstos de transferência dos ganhos ou perdas decorrentes dos instrumentos de hedge do patrimônio líquido para o resultado, são também incluídos na documentação da relação de hedge. Espera-se que esses hedges sejam altamente eficazes para compensar mudanças no valor justo ou fluxos de caixa, sendo permanentemente avaliados para verificar se foram, de forma efetiva, altamente eficaz ao longo de todos os períodos-base para os quais foram destinados.

Se o instrumento de hedge expirar ou for vendido, encerrado ou exercido sem substituição ou rolagem (como parte da estratégia de hedging), ou se a sua classificação como hedge for revogada, ou quando a cobertura deixar de cumprir os critérios de contabilização de hedge, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidas no resultado abrangente permanecem separadamente no patrimônio líquido até que a transação prevista ocorra ou o compromisso firme seja cumprido.

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge representados por contratos de swap, contra a exposição da taxa de juros do risco de variação das taxas de câmbio de seus empréstimos em moeda estrangeira. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, com exceção da parcela eficaz dos hedges de fluxo de caixa, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes e posteriormente reclassificada para o resultado quando o item de hedge afetar o resultado. A Nota 30 inclui informações mais detalhadas sobre os instrumentos financeiros derivativos contratadas pela Companhia.

d) Hedge de valor justo

A mudança no valor justo de um derivativo de hedging é reconhecida na demonstração do resultado como custos financeiros. A mudança no valor justo do item objeto de hedge relacionada ao risco objeto de hedge é registrada como ajuste do valor contábil do item objeto de hedge, sendo também reconhecida na demonstração do resultado como custos financeiros.

Para hedges a valor justo relacionados com itens contabilizados a custo amortizado, eventuais ajustes a valor contábil são amortizados por meio do resultado ao longo do prazo restante do hedge utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ter início tão logo se faça um ajuste e durará, no máximo, até a data em que o item objeto de hedge deixa de ser ajustado para refletir mudanças no valor justo atribuível ao risco que está sendo objeto de hedge.

Se o item objeto de hedge for baixado, o valor justo não amortizado deverá ser reconhecido imediatamente no resultado.

Quando um compromisso firme não reconhecido for designado como item objeto de hedge, a variação acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco objeto de hedge será reconhecida como ativo ou passivo, com reconhecimento do correspondente ganho ou perda no resultado.

A Companhia conta com swap de taxa de juros utilizada para proteger a exposição a variações no valor justo do empréstimo.

d) Instrumentos financeiros, apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.4 Ativos e passivos financeiros setoriais

Os ativos e passivos financeiros setoriais referem-se aos valores originados da diferença entre os custos efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa e aqueles que são previstos pela ANEEL e incluídos na tarifa no início do período tarifário (Parcela "A"). Essa diferença constitui um direito a receber pelas distribuidoras nos casos em que os custos efetivamente incorridos são superiores aos custos previstos, ou uma obrigação quando os custos efetivamente incorridos são inferiores aos custos previstos. São segregados entre ativo e passivo de acordo com a expectativa de homologação nas tarifas pela ANEEL nos próximos processos tarifários. São homologados anualmente pela ANEEL e incorporados às tarifas de energia por meio de reajustes ou revisões tarifárias.

A CVA deve ser neutra em relação ao desempenho da Companhia, ou seja, as variações apuradas são integralmente repassadas ao consumidor ou suportadas pelo Poder Concedente.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

2.5 Ativo indenizável (concessão)

Um ativo financeiro é reconhecido quando a Companhia tem o direito incondicional de receber caixa ou equivalentes de caixa ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços, no prazo do contrato.

O valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, está registrado com base no Valor Novo de Reposição (“VNR”).

2.6 Intangível

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de distribuição de energia - Contratos de Concessão. O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição e/ou de construção, incluindo a margem de construção.

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

As parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados até o final da concessão são classificadas como um ativo indenizável com base nas características estabelecidas no contrato de concessão, onde a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão.

A amortização do ativo intangível reflete a vida útil econômica nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão. A amortização é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada.

2.7 Ativo imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessários para que esses sejam capazes de operar de forma adequada; e
- Custos de empréstimos e financiamento sobre ativos qualificáveis.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos com manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço, pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL para os ativos relacionados às atividades de administração, e refletem a vida útil estimada dos bens incorridos até a data do balanço, de acordo com a taxa efetiva de juros.

2.8 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são registrados pelo regime de competência e segundo a legislação tributária vigente. O imposto de renda é calculado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$ 240, no período-base para apuração do imposto, enquanto a contribuição social é calculada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

As antecipações ou os valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações, para as quais a regulamentação fiscal requer interpretações e estabelece provisões quando apropriado.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Administração da Companhia decidiu pela constituição de ativo fiscal diferido até o limite do passivo fiscal diferido até que o plano de recuperação econômico-financeira da Companhia demonstre expectativa de apuração de lucro tributável futuro de forma consistente

a) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se a Companhia tiver o direito legal executável para compensar os valores reconhecidos e pretender liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b) Imposto diferido

Em agosto de 2017, a Companhia aderiu, ao Programa de Regularização Tributária instituído pela lei nº 13.496/2017, Para quitação de débitos de PIS e COFINS dos últimos 5 anos. (vide nota 12).

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Estes ativos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço, de forma a refletir as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se atenderem os critérios estabelecidos na norma contábil.

2.9 Benefícios a empregados

a) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas, conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

b) Benefícios pós-emprego

A Companhia patrocina planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de suplementar os benefícios garantidos pelo sistema oficial da previdência social. A Companhia concede também, benefícios de assistência à saúde para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários - plano assistencial.

2.10 Provisões para riscos tributários, regulatórios, cíveis e trabalhistas

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais e administrativos, para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser efetuada. A avaliação da probabilidade de perda por parte dos consultores legais da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e a sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para considerar alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.11 Receitas

a) Receita de fornecimento de energia elétrica

As receitas com fornecimento de energia são medidas por meio da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado período. Essa medição ocorre de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela distribuidora. O faturamento dos serviços de distribuição de energia elétrica é, portanto, efetuado de acordo com esse calendário, sendo a receita de serviços registrada na medida em que as faturas são emitidas.

A energia fornecida e não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do balanço, é estimada e reconhecida como receita não faturada considerando-se como base o histórico de consumo dos clientes

b) Receita de construção

O reconhecimento da receita de construção está diretamente associado às adições ao ativo intangível em formação (Direito de concessão - Infraestrutura), não sendo incorporada margem nesta atividade de construção assim classificada conforme a aplicação da ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, uma vez que a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia e a formação da receita de construção resulta de serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. O registro contábil dessa receita é efetuado em contrapartida a custo com construção da infraestrutura em igual montante.

Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após a dedução dos recursos provenientes do ingresso das obrigações especiais.

c) Receita de juros

É reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida econômica do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

d) Receita não faturada

O entendimento da Administração é que os valores apresentados nas demonstrações financeiras são cobráveis e que os riscos de não realização são considerados nas estimativas de cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

2.12 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem saldos de caixa, de depósitos bancários em contas correntes e de aplicações financeiras resgatáveis sem custo no prazo máximo de 90 dias das datas das aplicações e com risco insignificante de mudança de seu valor justo. São registrados inicialmente pelo valor justo das transações que lhes deram origem e são atualizados, quando aplicável, com base nos encargos contratuais.

2.13 Consumidores

A Companhia classifica os valores a receber dos consumidores, dos revendedores, das concessionárias e das permissionárias na rubrica clientes. Os recebíveis reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo, estão apresentados pelo valor presente, deduzidos pelo ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação por meio da constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa quando aplicável. Os saldos de contas a receber de consumidores, revendedores, concessionárias e permissionárias incluem valores faturados e não faturados referentes aos serviços de distribuição de energia elétrica; incluem ainda o uso do sistema de distribuição por consumidores livres, bem como o saldo de energia vendida no mercado de curto prazo comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos, sendo os saldos demonstrados no ativo circulante, de acordo com a classificação do título que as originou. O critério utilizado pela Companhia para constituir a provisão para créditos de liquidação duvidosa está baseado em normas da ANEEL e é considerado pela Administração como adequado para estimar as perdas com créditos decorrentes de fornecimento de energia e pode ser assim demonstrado:

Consumidores

Consumidores de alta a tensão:

<i>Classe de consumo</i>	Idade do vencimento
Residencial	60 dias
Industrial	180 dias
Comercial, rural	90 dias
Poder público	150 dias
Serviço público	120 dias
Suprimento, consumidor livre e produtor independente	60 dias

Consumidores de baixo tensão:

<i>Classe de consumo</i>	Idade do vencimento
Residencial	90 dias
Industrial, rural, poder público e serviço público	180 dias
Comercial e iluminação pública	150 dias

Parcelamentos:

I – Classe Privada – Dívida parcelada em até 60 meses, a reversão da provisão constituída sobre débitos vencidos, os quais são renegociados, é feita somente após o recebimento da 5ª parcela, e constitui nova provisão quando o devedor acumula cinco parcelas em atraso. Para parcelamentos em mais 60 meses a reversão ocorrerá somente após o recebimento da 6ª parcela e constituirá nova provisão quando acumular seis parcelas em atraso.

II – Classe Pública – Dívida parcelada em até 60 meses, a reversão da provisão constituída sobre débitos vencidos, os quais são renegociados, é feita somente após o recebimento da 4ª parcela, e constitui nova provisão quando o devedor acumula quatro parcelas em atraso. Para parcelamentos em mais 60 meses a reversão ocorrerá somente após o recebimento da 6ª parcela e constituirá nova provisão quando acumular seis parcelas em atraso.

3. Pronunciamentos novos ou revisados

3.1 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2017

Normas, interpretações e alterações	Aplicação obrigatória para:
<p>Iniciativa de Divulgação: Alterações ao CPC 26 / IAS 7</p> <p><i>As alterações requerem divulgações adicionais que permitam aos usuários das demonstrações financeiras entender e avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, inclusive as mutações decorrentes dos fluxos de caixa e mutações que não afetam o caixa (tais como as de variações cambiais).</i></p>	<p>Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2017.</p>
<p>Reconhecimento de Impostos Diferidos Ativos para Perdas Não Realizadas - Alterações ao CPC 32 / IAS 12</p> <p><i>As alterações esclarecem a contabilização de impostos diferidos ativos para perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados a valor justo.</i></p>	<p>Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2017.</p>
<p>Ciclo de melhorias anuais - 2015-2017</p> <p><i>Alterações à IFRS 12 Divulgação de Participações em Outras Entidades: Esclarecimento do escopo de requisitos de divulgação na IFRS 12</i></p> <p><i>As alterações esclarecem que os requisitos de divulgação da IFRS 12 distintos dos previstos nos parágrafos B10-B16 aplicam-se às participações de uma entidade em uma subsidiária, em um empreendimento controlado em conjunto (joint venture) ou em uma coligada (ou a uma parcela de sua participação em uma joint venture ou em uma coligada), que sejam classificadas (ou incluídas em um grupo para fins de alienação que seja classificado) como mantidas para venda.</i></p>	<p>Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2017.</p>

As alterações e melhorias as normas, que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2017, não tiveram efeito significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

3.2 Pronunciamentos emitidos mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2017

CPC 48 / IFRS 9: Instrumentos Financeiros

Principais pontos introduzidos pela norma

Aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a IAS 39/CPC38, ICPC 06 e OCPC 03. Em dezembro de 2016, Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) divulgou o CPC 48, em conformidade com a IFRS 9. As principais alterações que o CPC 48 traz são: (i) novos critérios de classificação e mensuração; (ii) redução ao valor recuperável do ativo; e (iii) contabilização de hedge.

Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2018.

Impactos da adoção

A Administração da Companhia está avaliando os impactos do CPC 48. Na opinião da Administração a expectativa é que a aplicação desta norma não deverá ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras.

A Companhia planeja adotar a nova norma na data efetiva requerida e não fará reapresentação de informações comparativas.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

CPC 47 / IFRS 15: Receita de contratos com clientes

Principais pontos introduzidos pela norma

Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. A IFRS 15 foi emitida em maio de 2014 e alterada em abril de 2016 e substitui o CPC 17, IAS 18/CPC30, Interpretação A e B (CPC 30), ICPC 02, ICPC 11. Em dezembro de 2016, o CPC divulgou o CPC 47, em conformidade com a IFRS 15. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Essa norma entra em vigor em 1º de janeiro de 2018.

Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2018.

A norma exige a aplicação retrospectiva completa ou a aplicação retrospectiva modificada para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia planeja adotar a nova norma na data de vigência requerida com base no método retrospectivo modificada.

Impactos da adoção

A Administração da Companhia realizou a revisão dos seus contratos e não identificou impactos oriundos da adoção da norma.

IFRS 16 Leases – Arrendamentos

Principais pontos introduzidos pela norma

Essa norma substitui a norma anterior de arrendamento mercantil, IAS 17/CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, e interpretações relacionadas, e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). Os arrendatários são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos do arrendamento e um "direito de uso de um ativo" para praticamente todos os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros, e a contabilização desses dois tipos de contratos de arrendamento de forma diferente.

Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2019.

Impactos da adoção

A avaliação da Companhia dos impactos da nova norma está em andamento. Nossa avaliação está sendo conduzida junto às diversas áreas da Companhia com o objetivo de identificar os contratos de arrendamento existentes, bem como o ambiente de controles internos e sistemas impactados pela adoção da nova norma.

Interpretação IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e adiantamento de contraprestação

Esta interpretação esclarece a forma de determinar a data da transação com o objetivo de estabelecer a taxa de câmbio a ser usada em transações em moeda estrangeira, quando a contraprestação é paga ou recebida antes de reconhecer os ganhos, despesas ou ativos relacionados. Para esses fins, a data da transação é a data em que uma entidade reconhece inicialmente o ativo ou passivo não monetário decorrente do adiantamento da contraprestação.

Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2018.

A Interpretação passa a vigorar para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018. A aplicação antecipada da interpretação é permitida e deverá ser divulgada.

A Companhia não espera nenhum impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Interpretação IFRIC 23 Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre a renda

Em junho de 2017, o IASB emitiu esta interpretação para esclarecer a aplicação dos critérios de reconhecimento e mensuração da IAS 12 quando há incerteza sobre os tratamentos a serem aplicados. A interpretação aborda as seguintes questões: (i) aplicação conjunta ou independente de tratamentos fiscais; (ii) os pressupostos a serem feitos sobre a revisão dos tratamentos fiscais pelas autoridades fiscais; (iii) como determinar o lucro (prejuízo) tributário, bases tributárias, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários não utilizados e alíquotas de imposto; e (iv) como considerar mudanças nos fatos e circunstâncias.

Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2019.

A Interpretação passa a vigorar para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2019. A aplicação antecipada da interpretação é permitida.

A Administração está avaliando o impacto que o IFRIC 23 poderá gerar nas demonstrações financeiras, na data efetiva de sua aplicação.

A Administração acredita que as melhorias e alterações pendentes de serem aplicadas não deverá ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u> (Reapresentado)	<u>01/01/2016</u>
Caixa e contas correntes bancárias:	46.300	58.149	66.244
Aplicações financeiras	51.470	17.995	15.938
Total	<u>97.770</u>	<u>76.144</u>	<u>82.182</u>

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDBs (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia em um valor conhecido e com risco insignificante de perda. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatível às variações do CDI (Certificado de Depósito Interbancário). Dada à natureza e característica das aplicações financeiras, as mesmas já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 as aplicações financeiras são compostas da seguinte forma:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u> <u>(Reapresentado)</u>	<u>01/01/2016</u>
Caixa e contas correntes bancárias	46.300	58.149	66.244
Total de caixa e contas correntes bancárias	46.300	58.149	66.244
Aplicações diretas			
CDB - Certificado de Depósito Bancário	128	46	1.634
Operações compromissadas	48.919	-	-
Poupança	856	801	-
Fundo Curto Prazo	1.567	17.148	14.304
Total das aplicações diretas	51.470	17.995	15.938
Total	97.770	76.144	82.182

As aplicações financeiras correspondem às operações realizadas junto a instituições financeiras nacionais, remuneradas conforme condições contratuais, e estão disponíveis para serem resgatadas imediatamente e serem utilizadas nas operações da Companhia. Todas as operações são de liquidez imediata, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e não possuem restrição de uso.

5. Consumidores

Em decorrência da correção de erros e mudanças nas práticas contábeis adotadas pela Companhia estamos reapresentando 2016 (vide item 1.3) devido a identificação de divergência no cálculo da provisão para devedores duvidosos de parcelamento dos municípios. Assim, segue a análise das contas a receber e demonstrativo do saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

	Saldos			Valor bruto		
	Vincendos	Vencidos até 90	Vencidos há mais de	31/12/2017	31/12/2016	01/01/2016
		dias	90 dias		(Reapresentado)	
Circulante						
Classe de consumidores:						
Residencial	239.888	127.493	73.323	440.704	313.486	345.329
Industrial	64.431	22.956	55.282	142.669	138.367	172.313
Comercial	127.193	46.227	43.357	216.777	165.508	188.418
Rural	33.620	21.555	14.399	69.574	55.341	65.917
Poder público iluminação pública	164.019	40.786	218.280	423.085	408.440	483.147
Serviço público	28.615	2.372	9.288	40.275	49.805	53.266
Fornecimento	657.766	261.389	413.929	1.333.084	1.130.947	1.308.390
Receita não faturada	243.310	-	-	243.310	191.066	216.001
Consumidores baixa renda	-	4.937	-	4.937	4.430	5.031
Contas a receber com partes relacionadas	589	-	-	589	-	-
Contribuição Iluminação Pública CIP	21.344	10.826	5.240	37.410	29.234	27.409
Outros contas a receber - RDS	-	-	13.959	13.959	14.023	15.558
Subtotal	923.009	277.152	433.128	1.633.289	1.369.700	1.572.389
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(476.228)	(476.228)	(440.533)	(511.299)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa -RDS	-	-	(15.224)	(15.224)	(16.245)	(1.890)
Total PCLD	-	-	(491.452)	(491.452)	(456.778)	(513.189)
Total circulante	923.009	277.152	(58.324)	1.141.837	912.922	1.059.200
Não circulante						
Parcelamento de débitos	79.852	-	-	79.852	39.012	29.564
Total não circulante	79.852	-	-	79.852	39.012	29.564

a) Movimentação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa

Saldo em 1 de janeiro de 2016	(513.189)
Adições	(30.483)
Baixa	86.894
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(456.778)
Adições	(62.338)
Baixa	27.664
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(491.452)

No exercício corrente foi efetivada uma perda no montante de R\$ 27.664 decorrente de títulos provisionados, cujos esforços para recebimento foram substancialmente aplicados e a Companhia não obteve sucesso. Do total dos parcelamentos provisionados, destaca-se o Poder Público Municipal, tendo em vista que as prefeituras têm conseguido na justiça decisões liminares para suspensão do pagamento das faturas em atraso.

6. Ativos e Passivos financeiros setoriais

	31/12/2017		31/12/2016 Reapresentado		01/01/2016	
	Passivo Circulante	Ativo não Circulante	Passivo Circulante	Passivo não Circulante	Ativo Circulante	Passivo não Circulante
	Compra de energia	194.924	332.393	(177.021)	87.921	194.498
Encargo de serviço do sistema - ESS	(162.447)	(273.093)	(30.300)	(598)	(92.583)	(41.050)
Uso da rede básica	18.899	9.574	(6.758)	8.522	16.645	1.327
Conta de desenvolvimento Energético - CDE	(202.991)	(21.096)	6.763	(182.241)	34.179	42.453
Outros	2.344	8.021	21.287	561	969	1.041
Conta de compensação de variação de custos da Parcela A	(149.271)	55.799	(186.029)	(85.835)	153.708	(64.858)
Sobrecontratação de energia	2.178	42.915	3.408	(223)	(12.313)	20.467
Bandeira não faturada	(20.494)	-	-	-	-	-
Neutralidade	34.726	(15.972)	(11.852)	(6.589)	(3.930)	(12.374)
Demais ativos e passivos financeiros setoriais	15.873	(1.587)	(19.377)	(4.388)	3.932	501
Outros ativos e passivos financeiros setoriais	32.283	25.356	(27.821)	(11.200)	(12.311)	8.594
Total dos ativos e passivos financeiros setoriais	(116.988)	81.155	(213.850)	(97.035)	141.397	(56.264)

Os saldos da conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e outros componentes financeiros referem-se às variações positivas e negativas entre os pagamentos efetivamente ocorridos com relação aos custos não gerenciáveis da companhia e a respectiva cobertura tarifária. As variações apuradas são atualizadas monetariamente com base na taxa SELIC e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes. Em decorrência da correção de erros e mudanças nas práticas contábeis adotadas pela Companhia 2016 foi reapresentado. (vide item 1.3) A área de regulamentação analisou alguns procedimentos e cálculos sobre os números da CELG D para aplicar os mesmos padrões do grupo, diagnosticando a necessidade de ajuste.

7. Subvenção CDE-Desconto Tarifário

Valor a ser repassado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), para cobertura de descontos incidentes sobre as tarifas de energia de classes específicas de consumidores. Os recursos são oriundos da CDE (Conta de Desenvolvimento Energético), e são homologados pela ANEEL no processo tarifário anual da distribuidora. Em decorrência da correção de erros e mudanças nas práticas contábeis adotadas pela Companhia 2016 foi reapresentado (vide item 1.3) pela necessidade de entrada para a parcela de "ajuste" e "previsão" dos valores aprovados na última revisão tarifária referente a subsídios e subvenção CDE.

	31/12/2017	31/12/2016 (Reapresentado)	01/01/2016
Resolução Homologatória 1.947/2015			20.475
Resolução Homologatória 2.160/2016	-	34.543	-
Resolução Homologatória 2.313/2017 ^(a)	46.082	-	-
Total de subvenção CDE	46.082	34.543	20.475

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

(a) Os valores em aberto em dezembro de 2017, referentes à Resolução Homologatória nº2.313/17, refere-se ao valor de R\$ 22.251 mil da previsão da competência dez/17, mais os valores de 10 (dez) parcelas de R\$ 2.602 mil, referentes ao ajuste dos subsídios. Além desses valores, foram lançados uma neutralidade para ajuste no reajuste de 2018, de R\$ 2.189 negativos.

8. Tributos a Compensar

	31/12/2017		31/12/2016 (Reapresentado)		01/01/2016	
	Não		Não		Não	
	Circulante	circulante	Circulante	circulante	Circulante	circulante
Imposto de renda e contribuição social	4.379	-	2.017	-	2.487	-
ICMS (a)	32.882	121.090	2.791	141.149	35.067	130.059
PIS e COFINS	24.165	-	2.947	-	2.792	-
Outros tributos	635	-	666	-	36	-
Total de tributos a compensar	62.061	121.090	8.421	141.149	40.382	130.059

a) Refere-se a créditos de ICMS sobre aquisição de bens destinados ao uso na concessão e créditos de ICMS sobre notas fiscais de venda de energia elétrica, as quais foram canceladas e a Companhia vem compensando com o ICMS a recolher, conforme autorização da Secretária da Fazenda– SEFAZ. Em 2017, foi compensado o montante de R\$ 18.993.

9. Créditos Especiais

	31/12/2017		31/12/2016 (Reapresentado)		01/01/2016	
	Não		Não		Não	
	Circulante	Circulante	Circulante	Circulante	Circulante	Circulante
Fundo de aporte à CELG D - Funac (a)	201.815	929.797	94.335	555.730	107.330	558.929
Total	201.815	929.797	94.335	555.730	107.330	558.929

a) Por meio da Lei nº 17.555 de 20 de janeiro de 2012, o Estado de Goiás criou o Fundo de Aporte à CELG D – FUNAC, regulamentado pelo decreto nº 7.732, de 28 de setembro de 2012, com o objetivo de reunir e destinar recursos financeiros para ressarcimento à CELG D de pagamentos de contingências de qualquer natureza cujo fato gerador tenha ocorrido até a venda do controle acionário para a Eletrobrás, conforme Termos de Acordo de Acionistas e de Gestão, bem como no Termo de Cooperação do FUNAC. Os recursos do referido fundo dependem de aportes a serem realizados pelo Governo do Estado de Goiás e créditos recebido de ações ganhas pela CELG-D que são repassadas ao Fundo.

Tendo em vista os procedimentos previstos na Lei Estadual nº 19.473 de 03.11.2016, Decreto nº 8.870/2017 de 19.01.2017 que altera o Anexo IX do RCTE, e no Termo de Acordo de Regime Especial - TARE 032/16-GSF de 14.02.2017, autorizando a Companhia a apropriar crédito outorgado de ICMS até o valor equivalente aos investimentos em manutenção, melhoria e ampliação da infraestrutura de distribuição de energia elétrica, inclusive de natureza tecnológica. O crédito outorgado é limitado aos valores das obrigações de qualquer natureza, provenientes dos passivos contenciosos administrativos e judiciais, ainda que não escriturados, decorrentes de decisões judiciais transitadas em julgado e acordos judiciais ou extrajudiciais homologados judicialmente, cujos fatos geradores tenham ocorrido até 27 de janeiro de 2015 e limitada a 30% da obrigação mensal apurada com ICMS.

Dessa forma, considerando que a CELG D será ressarcida por meio do FUNAC, sempre que ocorrer algum registro de provisão para demandas judiciais, a Companhia registra nos termos do pronunciamento técnico CPC 25 Provisões, passivos e ativos contingentes, o mesmo valor no ativo em contrapartida na rubrica outros ativos.

Este montante representa a potencial obrigação do FUNAC, tendo em vista o total das ações interpostas contra a Companhia, nas quais a probabilidade de perda é provável e encontram-se registradas no passivo contingente.

10. Outros Ativos

	31/12/2017		31/12/2016 (Reapresentado)		01/01/2016	
	Não		Não		Não	
	Circulante	Circulante	Circulante	Circulante	Circulante	Circulante
Gastos a reembolsar - iluminação pública	7.785	-	7.651	-	6.869	-
Convênio de arrecadação - CIP	54.039	-	-	-	-	-
Adiantamentos a empregados	65	-	737	-	733	-
Adiantamentos a fornecedores	18.582	-	10.371	-	9.362	-
Créditos a receber de terceiros	49.155	-	54.471	-	65.173	-
Despesas pagas antecipadamente	8.720	-	730	-	1.752	-
Estoque	25.380	-	24.551	-	36.538	-
Outros devedores	15.790	1.737	10.768	71	6.536	11.911
	179.516	1.737	109.279	71	126.963	11.911
Provisão para perda na realização de outros créditos (a)	(15.911)	-	(15.938)	-	(11.458)	-
Total	163.605	1.737	93.341	71	115.505	11.911

(a) Valores referente à provisão dos valores referentes à disponibilização de materiais aos fornecedores para execução de obras a serem liquidados.

11. Cauções e depósitos

Em decorrência da correção de erros e mudanças nas práticas contábeis adotadas pela Companhia 2016 foi reapresentado (vide item 1.3). Isso ocorreu devido à constituição de provisão para os valores não recuperáveis e para as causas que não possuem a prova adequada, baseada em extrato bancário dos depósitos judiciais.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016 (Reapresentado)</u>	<u>01/01/2016</u>
	<u>Não circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Cauções e depósitos - Trabalhistas	84.047	92.824	103.952
Cauções e depósitos - Cíveis	54.776	26.621	55.381
Cauções e depósitos - Fiscais	17.406	17.040	(98.507)
	<u>156.229</u>	<u>136.485</u>	<u>60.826</u>

12. Tributos Diferidos

Em decorrência da correção de erros e mudanças nas práticas contábeis adotadas pela Companhia foi inserida a coluna “reapresentado 2016” (vide item 1.3). Foi efetuada a reversão de ativos tributários diferidos em 2016, pois, desde que a Companhia não verifique que as projeções de lucros estão sendo realizadas, nenhum imposto diferido deveria ter sido reconhecido.

	<u>Imposto de renda</u>			<u>Contribuição social</u>			<u>Total</u>		
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016 (Reapresentado)</u>	<u>01/01/2016</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016 (Reapresentado)</u>	<u>01/01/2016</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016 (Reapresentado)</u>	<u>01/01/2016</u>
Ativo									
Diferenças temporárias									
Benefício pós emprego	2.927	-	-	1.054	-	-	3.981	-	-
Diferido sobre Prejuízo Fiscal usado no	97.344	-	-	35.043	-	-	132.387	-	-
Outras provisões	-	1.285	-	-	463	-	-	1.748	-
Total de tributos diferidos ativos	<u>100.271</u>	<u>1.285</u>	<u>-</u>	<u>36.097</u>	<u>463</u>	<u>-</u>	<u>136.368</u>	<u>1.748</u>	<u>-</u>
Passivo									
Diferenças temporárias									
IFRIC-12	299	-	-	108	-	-	407	-	-
Reserva de Reavaliação	47.595	57.481	84.355	17.135	20.693	30.693	64.730	78.174	114.723
Ativo indenizável (concessão)	322.610	-	-	116.139	-	-	438.749	-	-
SWAP	4.413	-	-	1.589	-	-	6.002	-	-
Total de tributos diferidos passivos	<u>374.917</u>	<u>57.481</u>	<u>84.355</u>	<u>134.971</u>	<u>20.693</u>	<u>30.693</u>	<u>509.888</u>	<u>78.174</u>	<u>114.723</u>
Passivos diferidos	<u>(274.646)</u>	<u>(56.196)</u>	<u>(84.355)</u>	<u>(98.874)</u>	<u>(20.230)</u>	<u>(30.368)</u>	<u>(373.520)</u>	<u>(76.426)</u>	<u>(114.723)</u>
Ativo Não Circulante							136.368	1.748	
Passivo Não Circulante							(509.888)	(78.174)	114.723
							<u>(373.520)</u>	<u>(76.426)</u>	<u>114.723</u>

(i) A Companhia constituiu o valor de R\$ 132.387 referente à prejuízo fiscal e base negativa por ter aderido, em agosto de 2017, ao PERT- Programa Especial de Regularização Tributária instituído pela lei nº 13.496/2017. A Celg aderiu ao programa para quitação de débitos de PIS e COFINS dos últimos 5 anos na modalidade de pagamento à vista, sendo 20% pago em 5 parcelas nos meses de agosto a dezembro de 2017 e o restante (80%) com a utilização de prejuízo fiscal e base negativa. A companhia aguarda a consolidação do débito pela Receita Federal.

13. Ativo Indenizável (concessão)

Os bens utilizados na execução dos serviços objeto da concessão estão registrados no ativo intangível e ativo financeiro, em atendimento à interpretação ICPC 01 (R1) e à orientação OCPC 05, aplicáveis a contratos de concessão. Os valores de 2016 foram rerepresentados pela necessidade de registrar o bem indenizável no Valor Novo de Reposição (VNR) que permanece no final da concessão e a respectiva atualização financeira.

Saldo em 01º de janeiro de 2016	67.201
Transferências do ativo intangível	4.197
Marcação a mercado - ativo financeiro	14.631
Saldo em 31 de dezembro de 2016 (reapresentado)	<u>86.029</u>
Transferências do ativo intangível	13.369
Marcação a mercado - ativo financeiro	1.195
Saldo em 31 dezembro de 2017	<u>100.593</u>

14. Imobilizado

Os bens registrados no imobilizado são de uso exclusivo da administração na execução dos serviços da concessão e de acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os mesmos são vinculados à concessão não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem prévia e expressa autorização do órgão

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

	01/01/2016	31/12/2016 Reapresentado	Adição	Baixa	Transferência	Reclassificação	Saldo em 31/12/2017
Imobilizado em serviço							-
Terrenos	4.719	4.715	-	-	5	-	4.720
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	19.469	19.472	-	(3)	-	-	19.469
Máquinas e equipamentos	108.862	111.036	-	(1.037)	837	(249)	110.587
Veículos	2.998	2.204	-	-	-	-	2.204
Móveis e utensílios	13.806	13.813	-	(88)	(6)	-	13.719
Subtotal	149.854	151.240	-	(1.128)	836	(249)	150.699
Depreciação acumulada							
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	(5.523)	(6.121)	(598)	3	-	-	(6.716)
Máquinas e equipamentos	(86.037)	(89.230)	(4.195)	971	-	-	(92.454)
Veículos	(2.920)	(2.202)	(1)	-	-	-	(2.203)
Móveis e utensílios	(12.356)	(12.640)	(266)	85	11	-	(12.810)
Subtotal	(106.836)	(110.193)	(5.060)	1.059	11	-	(114.183)
Total do imobilizado em serviço	43.018	41.047	(5.060)	(69)	847	(249)	36.516
Imobilizado em curso							
Máquinas e equipamentos	1.324	1.241	2.866	(699)	(770)	-	2.638
Móveis e utensílios	107	106	2.169	(3)	(77)	-	2.195
Total do imobilizado em curso	1.431	1.347	5.035	(702)	(847)	-	4.833
Total do imobilizado	44.449	42.394	(25)	(771)	-	(249)	41.349

As taxas de amortização que refletem a vida útil, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, em que as principais são as seguintes:

Administração	%
Equipamento geral	6,25%
Equipamento geral de informática	16,67%

15. Ativo intangível

Os bens utilizados na execução dos serviços objeto da concessão estão registrados no ativo intangível, em atendimento à interpretação ICPC 01 (R1) e à orientação OCPC 05, aplicáveis a contratos de concessão.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

a) Composição

	31/12/2017			31/12/2016 (Reapresentado)	01/01/2016
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Valor líquido
Em Serviço					
Direito de uso da concessão	6.146.194	(3.100.754)	(1.231.268)	1.814.172	1.580.137
Software	86.642	(59.633)	-	27.009	-
Em Curso					
Direito de uso da concessão	493.042	-	(127.001)	366.041	327.990
Software	21.454	-	-	21.454	2.460
Direito de uso da concessão ⁽ⁱ⁾	3.949.029	(23.506)	-	3.925.523	-
Total	10.696.361	(3.183.893)	(1.358.269)	6.154.199	1.939.107

(i) Essa rubrica refere-se a incorporação reversa da Enel Investimentos S.A. Cumpre ressaltar que a amortização irá ocorrer linearmente durante o período da concessão, ou seja, até 2045, e o impacto anual no resultado será de R\$ 141 milhões e R\$ 79 milhões para fins de dedutibilidade para apuração do imposto de renda e contribuição social. No entanto, considerando que a incorporação da ENEL Investimentos na CELG D ocorreu em 30/11/2017 a amortização e do imposto diferido impactou o resultado da CELG D apenas nos meses de novembro e dezembro de 2017. (Vide item 1.5).

b) A movimentação dos saldos do intangível está demonstrada a seguir:

	Em Serviço				Em Curso				Total
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	
Saldo em 01º de Janeiro de 2016	3.318.415	(831.239)	(907.039)	1.580.137	400.111	-	(72.121)	327.990	1.908.127
Adições	-	-	-	-	383.508	-	(150.088)	233.420	233.420
Baixas	(33.856)	-	5.756	(28.099)	(31.865)	-	713	31.152	(59.251)
Amortização	-	(181.788)	46.643	(135.146)	-	-	-	-	(135.146)
Transferências	329.886	-	(146.039)	183.847	(329.886)	-	146.039	183.847	-
Transferências para o ativo indenizável	(6.277)	-	-	(6.277)	2.292	-	(212)	2.080	(4.197)
Reclassificações de Imobilizado	(3.846)	-	-	(3.846)	-	-	-	-	(3.846)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	3.604.322	1.013.027	1.000.679	1.590.616	424.160	-	75.669	348.491	1.939.107
Adições ^(a)	2.028.694	(2.028.694)	-	-	863.288	-	(350.598)	512.690	512.690
Baixas	(129.207)	110.233	-	(18.974)	(30.805)	-	884	(29.921)	(48.895)
Amortização	-	(228.899)	67.793	(161.106)	-	-	-	-	(161.106)
Transferências	742.024	-	(298.382)	443.642	(742.024)	-	298.382	(443.642)	-
Transferências para o ativo indenizável	(13.246)	-	-	(13.246)	(123)	-	-	(123)	(13.369)
Reclassificações do Imobilizado	249	-	-	249	-	-	-	-	249
Incorporação	-	-	-	-	3.949.029	(23.506)	-	3.925.523	3.925.523
Saldo em 31 de dezembro de 2017	6.232.836	(3.160.387)	(1.231.268)	1.841.181	4.463.525	(23.506)	(127.001)	4.313.018	6.154.199

(a) No total de das adições durante o ano de 2017 houve adiantamento no montante de R\$7.189.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

As taxas de amortização que refletem a vida útil, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, em que as principais são as seguintes:

Distribuição	%
Condutor de tensão inferior a 69kv	3,57%
Estrutura poste	3,57%
Transformador de distribuição aéreo	4,00%
Medidor eletromecânico	4,00%
Condutor de tensão superior a 69kv	2,70%
Transformador de força	2,86%
Conjunto de medição (tp e tc)	4,35%
Painel	3,57%
Regulador de tensão inferior a 69kv	4,35%
Software	20,00%

16. Fornecedores

	31/12/2017		31/12/2016		01/01/2016	
	Não		Reapresentado		Não	
	Circulante	circulante	Circulante	circulante	Circulante	circulante
Compra de Energia (a)	515.205	874.374	303.622	938.672	864.565	926.577
Encargo de uso da rede	80.258	-	32.153	-	18.216	-
Partes relacionadas (b)	833	-	-	-	-	-
Materiais e serviços	266.591	61.247	206.111	-	176.437	-
Total	862.887	935.621	541.886	938.672	1.059.218	926.577

a) Refere-se ao custo de energia elétrica de diversos contratos de suprimento, bem como os valores referentes à energia de curto prazo, os quais foram provisionados.

b) Refere-se aos contratos de suprimento de energia elétrica firmados com geradoras do grupo Enel.

Em decorrência da correção de erros e mudanças nas práticas contábeis adotadas pela Companhia 2016 foi reapresentado (vide item 1.3). Foi identificado que a Companhia não aplicou nos anos anteriores determinados reajustes contratuais previstos em alguns contratos de fornecimento/prestação de serviços.

17. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos no passivo pelo valor contratual, sendo demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço, de acordo com a taxa efetiva de juros. Em decorrência da correção de erros e mudanças nas práticas contábeis adotadas pela Companhia 2016 foi reapresentado (vide item 1.3). O cálculo das projeções relacionadas aos pagamentos de capital e juros considerou as taxas de juros contratuais da Celg, enquanto o cálculo do valor presente dos fluxos de pagamentos futuros considerou uma taxa de CDI + um spread anual de 2,25% que está em linha com o perfil de risco da Celg. De acordo com este cálculo, o valor justo dos empréstimos da companhia resultou num valor inferior ao valor contábil.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

As principais informações a respeito dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e nacional são:

	31/12/2017			31/12/2016 Reapresentado			01/01/2016		
	Principal		Não circulante	Principal		Não circulante	Principal		Não circulante
	Encargo	Circulante		Encargo	Circulante		Encargo	Circulante	
Moeda estrangeira:									
Overseas Economic Cooperation Fund - O.E.C.F	-	-	-	-	-	-	223	21.892	-
ITAÚ BBA INTERNATIONAL PLC (a)	5.080	-	250.151	-	-	-	-	-	-
ITAÚ BBA INTERNATIONAL PLC (a)	4.630	-	314.698	-	-	-	-	-	-
Total moeda estrangeira	9.710		564.849				223	21.892	
BNDES (Finame)									
Eletrobrás_ECF - 3268/2015 (h)	-	-	-	-	172.626	-	379	172.626	-
Eletrobrás_ECF - 3296/2016 (i)	-	-	-	-	81.434	-	-	1.434	-
Eletrobrás_ECF - 017/2004 (g)	4	1.009	-	-	1.153	966	-	1.153	2.175
Eletrobrás_ECF - 149/2006 (g)	18	4.026	-	-	4.599	3.851	-	4.599	8.676
Eletrobrás_ECF - 232/2008 (g)	87	3.138	15.337	-	2.862	18.643	-	2.862	21.948
Banco Santander	-	-	-	-	-	-	1.003	6.082	-
China Construction Bank Corporation	-	-	-	-	-	-	5.242	34.583	-
Banco AndBank	-	-	-	-	-	-	1.286	625	-
Banco Pan	-	-	-	-	-	-	46	16.667	-
Banco Daycoval S.A (b)	12	4.305	-	92	8.216	4.089	154	17.383	8.089
Banco Intermedium S.A (c)	-	-	-	324	1.363	-	124	3.740	1.697
Banco ABC Brasil S.A (d)	-	-	-	24	36.371	-	1.108	52.371	36.000
Banco de Crédito e Varejo S.A (e)	112	36.770	-	788	115.141	31.973	3.342	99.139	141.628
FIDC Série A (f)	1.158	54.247	248.630	2.482	27.123	302.877	2.553	-	330.000
FIDC Série B (f)	859	29.820	136.675	6.632	13.151	157.628	6.616	-	160.000
Custos de Transação a Amortizar FIDC (f)	-	(2.525)	(10.777)	-	-	(14.494)	-	-	(14.494)
Cotas Subordinadas FIDC (f)	-	-	(50.317)	-	-	(23.174)	-	-	(17.622)
FIDC - Provisão para pagamento (f)	-	(10.804)	-	-	-	-	-	-	-
Celg de Participações S/A Mútuo (j)	-	19.614	86.818	-	3.024	97.777	-	9.166	82.988
Contrato Mútuo Financeiro CELG D e CELG GT	-	-	-	-	-	-	-	49.084	-
Total moeda nacional	2.250	139.600	426.366	10.342	467.063	580.136	21.852	471.514	761.086
Total de empréstimos e financiamentos	11.960	139.600	991.215	10.342	467.063	580.136	21.852	471.514	761.086
Resultado das operações de Swap	-	-	(18.216)	-	-	-	-	-	-
Total de empréstimos e financiamentos	11.960	139.600	972.999	10.342	467.063	580.136	22.075	493.406	761.086
SWAP-Ativo Não Circulante	-	-	18.216	-	-	-	-	-	-
Passivo Circulante	-	(151.560)	-	-	(477.405)	-	-	515.482	-
Passivo- Não Circulante	-	-	(991.215)	-	-	(580.136)	-	-	761.086
Total de empréstimos e financiamentos Líquido		(151.560)	(972.999)		(477.405)	(580.136)		515.482	761.086

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

	Início	Vencimento	Tipo de Amortização	Encargos Financeiros	Garantias
BNDES (Finame)					
<u>Empréstimos</u>					
ITAÚ BBA INTERNATIONAL PLC	05/07/2017	06/07/2020	Bullet	4,05% a.a.	Aval.
ITAÚ BBA INTERNATIONAL PLC	22/08/2017	21/08/2020	Bullet	4,02% a.a.	Aval.
Banco Daycoval S.A	22/12/2014	22/06/2018	Mensal	100% CDI + 6,17% a.a.	Recebíveis
Banco Intermedium S.A	10/04/2014	10/04/2017	Mensal	100% CDI + 6,17% a.a.	Recebíveis
Banco ABC Brasil S.A	10/04/2015	26/09/2017	Mensal	100% CDI + 5,53% a.a.	Recebíveis
Banco de Crédito e Varejo S.A	23/05/2014	23/05/2017	Mensal	100% CDI + 5,53% a.a.	Recebíveis
Banco de Crédito e Varejo S.A	19/12/2014	22/12/2017	Mensal	100% CDI + 5,53% a.a.	Recebíveis
Banco de Crédito e Varejo S.A	31/03/2015	02/04/2018	Mensal	100% CDI + 5,53% a.a.	Recebíveis
Banco de Crédito e Varejo S.A	27/05/2015	28/05/2018	Mensal	100% CDI + 5,53% a.a.	Recebíveis
FIDC Série A	22/07/2015	14/07/2023	Mensal	100% CDI + 3% a.a.	Recebíveis
FIDC Série B	22/07/2015	14/07/2023	Mensal	100% IPCA + 9,7% a.a.	Recebíveis
<u>Empréstimos</u>					
<u>Financiamentos</u>					
Eletrobrás_ECF - 3268/2015	21/12/2015	30/07/2017	Mensal	100% CDI + 5,54% a.a.	Recebíveis
Eletrobrás_ECF - 3296/2016	12/09/2016	12/09/2017	Mensal	100% CDI + 5,54% a.a.	Recebíveis
Eletrobrás_ECF - 017/2004	25/05/2011	30/10/2018	Mensal	7%	Recebíveis
Eletrobrás_ECF - 149/2006	18/06/2006	30/10/2018	Mensal	7%	Recebíveis
Eletrobrás_ECF - 232/2008	29/06/2012	30/06/2024	Mensal	7%	Recebíveis
Celg de Participações S/A Mútuo	11/09/2014	26/08/2027	Mensal	6,80%	-
<u>Financiamentos</u>					

Descrição das características dos principais empréstimos e financiamentos:

a) Empréstimos em moeda estrangeira - ITAÚ BBA-Empréstimo na modalidade de captação externa (Lei nº 4131) não vinculado à operação de trade financeiro, para cobertura de necessidade de Capital de Giro da companhia. Para mitigar risco da operação de empréstimo à variação cambial e taxa de juros foi contratado operação simultânea de swap, anulando o efeito da variação cambial e taxa de juros do contrato por valores em reais. O cumprimento deste contrato tem como garantia Cessão fiduciária do SWAP e Aval Enel Brasil S.A.

b) Banco Daycoval S/A - CCB – para capital de giro, Para garantir o cumprimento das obrigações, foram constituídas em favor do Banco Daycoval S.A., Cessão Fiduciária Direitos Creditórios, oriundos de contrato de prestação de serviço de arrecadação existente junto ao Banco Bancoob, conforme Termo de Constituição de Garantia. Este contrato estava com prazo de vencimento previsto para 22/12/2017, porém foi aditivado em 06/05/2016 por mais 182 dias, alterando a data de vencimento para 22/06/2018.

c) Banco Intermedium Credito financiamento e investimento S/A - CCB – para capital de giro, para garantir o cumprimento das obrigações, foram constituídas em favor do Banco Intermedium S.A., Cessão Fiduciária Direitos Creditórios, oriundos de contratos de prestação de serviço de arrecadação existente junto a CEF, até o limite estabelecido em contrato.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

d) Banco ABC Brasil S/A - CCB – para capital de giro. Para garantir o cumprimento das obrigações, foram constituídas em favor do Banco ABC do Brasil S.A., Garantia representada pela cessão fiduciária de duplicadas de titularidade da CELG D, referentes ao fornecimento de energia elétrica pela CELG D a determinados clientes pessoas jurídicas previamente aprovadas pelo Banco, as quais correspondem e deverão corresponder até a integral liquidação desta CCB, a 100% (cem por cento) do valor de principal e encargos da dívida. O Contrato foi liquidado em 09/2017.

e) Banco de Crédito e Varejo S/A - CCB – para capital de giro. Para garantir o cumprimento das obrigações, foram constituídas em favor do Banco de Crédito e Varejo S.A., Garantia representada pela cessão fiduciária de duplicadas de titularidade da CELG D, referentes ao fornecimento de energia elétrica pela CELG D, as quais correspondem e deverão corresponder até a integral liquidação desta CCB, a 180% (cento e oitenta por cento) do valor de principal mais encargos da dívida.

O Contrato CCB 860 foi liquidado em 05/2017.

O Contrato CCB 1184 foi liquidado em 12/2017.

f) FIDC CELG D – Fundo De Investimento Em Direito Creditórios

Foi aprovado em março de 2015, por meio da ATA 386ª Reunião do Conselho de Administração da Celg Distribuição S.A. - CELG D, a conversão da dívida representada por debêntures, no valor de R\$ 290 milhões, emitidas sob a coordenação do Banco Credit Suisse, em emissão de quotas de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC e a tomada de crédito adicional, no montante de 200 milhões também por meio de FIDC.

Em julho de 2015 iniciou-se o CELG DISTRIBUIÇÃO – FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS inscrito no CNPJ/MF sob nº. 21.161.619/0001-58, constituído sob forma de Condomínio Fechado, ou seja, as quotas só serão resgatadas no término do prazo de duração do fundo conforme art. 2º item VI Inst. CVM 356. O Fundo é administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., como coordenador líder, o Banco de Investimento Credit Suisse (Brasil) S.A e como cedente a CELG DISTRIBUIÇÃO S.A – CELG D.

Pelos serviços de estruturação do Fundo, o Coordenador Líder fez jus as seguintes remunerações: Comissão de Estruturação e Distribuição equivalente a 1,7% incidente sobre o “Montante Mínimo” e 1,0% incidente sobre o “Montante Adicional”; Comissão pela Garantia Firme do Volume Mínimo e Comissão pela Garantia Firme do Volume Adicional que foram pagas pelo cedente na data da emissão, conforme estabelecido no “1º(Primeiro) Instrumento de Aditamento ao Contrato de Distribuição Pública com esforços restritos de colocação, sob regime de Garantia Firme de colocação, de Quotas Seniores de Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Nº CSBR20141000102(Aditamento Nº CSBRA20150400397)”.

O Prazo de duração do Fundo iniciou-se na data de emissão das quotas Seniores e encerrar-se-á no prazo de 96(noventa e seis) meses, sendo 23(vinte e três) meses de carência e 73(setenta e três) meses, com amortizações mensais. As cotas Seniores estão divididas em série A e série B.

As Quotas Seniores Série A e da Série B da CELG DISTRIBUIÇÃO - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS da CELG D tem como valor inicial de emissão R\$ 100.000 e foram registradas no 1ºOfício do Registro de Títulos e Documentos do estado de Rio de Janeiro, sob o nº 1869807, em 03/07/2015.

Os recursos captados na ordem de R\$ 490.000 foram reconhecidos contabilmente como empréstimo e a obrigação está registrada no Passivo.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Conforme Contrato de Promessa de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas da CELG DISTRIBUIÇÃO - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS, o Administrador aprovou a realização de 150 quotas Subordinadas, a serem Subscritas e Integralizadas exclusivamente pelo cedente perfazendo um total de R\$ 15.000. Estas cotas terão como valor inicial de emissão de R\$ 100 (cem mil) e estão classificadas no passivo não circulante, como redutora do total a pagar do Fundo.

Os custos de transação incorridos na captação de recursos, são contabilizados, conforme o CPC 08, como redutora do valor justo inicialmente reconhecido do instrumento financeiro emitido. Para evidenciação do valor líquido recebido.

g) ECFS – 17/2004, ECFS 149/2006 e ECFS 232/2008, referem-se a três contratos de empréstimos e financiamentos concedidos pela Eletrobrás no período de 2004 a 2008 a fim de promover melhoria das condições socioeconômicas das áreas rurais, através de projetos de eletrificação rural.

h) Empréstimos Eletrobrás – ECF 3268/2015, refere-se empréstimo com o objetivo de quitar dívida de Repasse de Itaipu. Esta quitação foi realizada por meio de um encontro de contas entre Eletrobrás e Celg D. Empréstimo liquidado em 07/2017.

i) Empréstimos Eletrobrás – ECF 3296/2016, refere-se empréstimo com o objetivo de quitar dívida de ICMS_GO. Empréstimo liquidado em 09/2017.

j) – CelgPar – Mútuo Financeiro – Reestruturação de dívida. O cumprimento deste contrato tem como garantia a vinculação de receita própria.

a) A curva de amortização dos empréstimos e financiamentos do passivo não circulante se apresenta da seguinte forma:

31/12/2017					
2018	2019	2020	2021	Após 2021	Total não Circulante
83.354	649.022	83.354	83.354	92.131	991.215

18. Obrigações Fiscais

	31/12/2017	31/12/2016 (Reapresentado)	01/01/2016	
	Circulante	Circulante	Circulante	Não Circulante
Imposto de renda - IRPJ e contribuição social - CSLL	2.323	7.957	4.191	-
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS (a)	154.069	131.577	176.596	-
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	57.780	133.083	142.625	-
Programa de integração social - PIS	9.075	18.111	21.221	-
Imposto sobre serviços - ISS	14.893	10.940	10.875	-
Parcelamento especial	46.440	2.333	23.107	10.183
Outros	12.636	26.184	24.328	-
Total	297.216	330.185	402.943	10.183

a) Refere-se a ICMS sobre as vendas de energia elétrica e diferencial de alíquota sobre as compras realizadas pela Companhia fora do Estado de Goiás.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em decorrência da correção de erros e mudanças nas práticas contábeis adotadas pela Companhia 2016 foi reapresentado (vide item 1.3). Identificou-se a necessidade de reconhecer juros e multa relacionados ao reprocessamento da tributação do PIS e COFINS sobre CVAs, reconhecimento de ISS devido a outros municípios para o período de 2012 a 2017 e reconhecimento de juros e multa nos saldos da ISS a pagar nas receitas do serviço.

19. Taxas Regulamentares

	31/12/2017		31/12/2016 Reapresentado		01/01/2016	
	Circulante	Não	Circulante	Não	Circulante	Não
		circulante		circulante		circulante
Conta de desenvolvimento energético – CDE (a)	161.022	-	369.545	-	97.537	-
Programas de P&D e PEE (b)	34.281	195.663	199.895	-	162.207	-
ENCARGOS DO CONSUMIDOR - PROINFA	58.857	30.576	59.703	76.441	45.864	122.305
Outros	25.316	-	-	-	-	-
Total	279.476	226.239	629.143	76.441	305.608	122.305

a) Refere-se às quotas mensais da CDE, conforme resoluções homologatórias nº 2.077 de 07 de junho de 2016, nº 2.204, de 07 de março de 2017, nº 2.231, de 25 de abril de 2017.

b) Pesquisa & Desenvolvimento- P&D e Programa de Eficiência Energética – PEE são itens que de acordo com a lei, as concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica estão obrigadas a aplicar anualmente 1% de sua receita operacional líquida, sendo 0,50% em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico e 0,50% em programa de eficiência energética. Abaixo segue a composição do saldo:

	31/12/2017		31/12/2016 Reapresentado		01/01/2016	
	Circulante	Não	Circulante	Não	Passivo circulante	Passivo circulante
		circulante		circulante		
Programa de eficiência energética - PEE	3.576	169.751	144.913	-	116.842	-
Programa de pesquisa e desenvolvimento - P&D	28.383	25.912	53.049	-	44.866	-
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	1.548	-	1.289	-	332	-
Ministério de Minas e Energia - MME	774	-	644	-	167	-
Total	34.281	195.663	199.895	-	162.207	-

20. Outras obrigações

	31/12/2017		31/12/2016 Reapresentado		01/01/2016	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Salários e Benefícios	-	20.166	-	20.166	12.760	13.268
Rentabilidade de obras executadas p/consumidores (a)	5.622	250.895	191.656	28.954	195.361	-
Devolução a consumidores (b)	11.776	-	15.290	-	24.320	-
Empregados (c)	249	552	1.299	594	3.285	398
Secretaria de Estado da Fazenda	2.871	-	2.871	-	2.871	-
Convênio ICMS-Estado/Prefeituras/Celg (d)	1.320	-	3.900	-	4.367	-
Contribuição iluminação pública (e)	70.973	-	65.735	-	60.952	-
Recursos destinados a obras de terceiros (a)	4.206	-	4.460	-	5.128	-
Autos Infração /ANEEL TAC 28/2015 (f)	-	-	4.790	-	59.818	1.549
CELG GT (g)	75	-	1.271	-	1.926	-
Penalidades contratuais e regulatórias - DIC/FIC	37.447	-	34.479	-	58.027	-
FUNAC - Conta grafica (h)	4.727	-	31.342	-	57.487	-
Ultrapassagem de demanda, perdas regulatórias e excedente de reativos	-	-	-	53.897	-	40.600
Cauções em Garantia	1.780	-	235	-	235	-
Outros	17.882	25.474	38.106	11.342	25.213	10.071
Total	158.928	297.087	395.434	114.953	511.750	65.886

a) Refere-se aos valores a devolver para consumidores que executaram obras de seus interesses.

b) Refere-se a pagamentos indevidos realizados por consumidores e diferença de leitura.

c) Refere-se às obrigações com empregados que aderiram ao Plano de Desligamento Voluntária (PDV), instituído em 2009 e 2013.

d) Convênio assinado entre a Companhia, as prefeituras municipais, o Estado de Goiás e a Caixa Econômica Federal para realização de encontro de contas correspondentes ao fornecimento de energia elétrica e os recursos provenientes dos depósitos efetuados pelo Estado de Goiás, referente aos valores do Índice de Participação dos Municípios – IPM.

e) Trata-se de convênios firmados entre a Companhia e as prefeituras municipais, tendo como objeto a operacionalização da cobrança em nome e por conta dos municípios dos serviços de faturamento e arrecadação da Contribuição de Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP.

f) Tratam-se de autos de infrações da Agencia Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

g) Refere-se ao repasse de recursos destinados ao pagamento dos imóveis a serem transferidos pela Companhia, conforme previsto no Termo de Compromisso de Compra e Venda.

h) FUNAC – Conta Gráfica: refere-se a realização de ativos contingentes administrativos/judicial com fatos geradores anteriores à entrada da Eletrobrás no capital da Companhia, os quais são destinados a liquidar obrigações do fundo oriundas de liquidação de sentenças transitada em julgado, e ou acordos extrajudiciais.

Em decorrência da correção de erros e mudanças nas práticas contábeis adotadas pela Companhia 2016 foi rerepresentado (vide item 1.3). Pela necessidade de reconhecer encargos sociais em saldos de bônus de férias, pagamentos do descanso remunerado semanal, horas extraordinárias e horas extras noturnas, reconhecer os encargos trabalhistas, tributários e previdenciários sobre os custos de veículos e motoristas concedidos aos diretores e reconhecer os encargos sociais sobre o "benefício de assistência à habitação" concedido aos diretores no período de 2012 a 2017.

21. Provisão tributárias, regulatórias, cíveis e trabalhistas

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de seus consultores legais, foram provisionados todos os processos judiciais cuja probabilidade de perda foi estimada como provável.

Segue abaixo quadro demonstrativo das provisões para contingências constituídas pela companhia:

	31/12/2016				31/12/2017				
	01/01/2016	Reapresentado							
	Saldo Acumulado	Adições	Adições FUNAC	Liquidação	Saldo Acumulado	Adições/ Reversões	Adições FUNAC	Liquidação	Saldo Acumulado
Trabalhistas	96.895	19.283	12.960	(33.774)	95.364	(5.900)	243.966	(83.842)	249.588
Cíveis	436.538	8.461	138.075	(135.842)	447.232	(3.380)	351.173	(104.972)	690.053
Fiscais	20.468	2	161	(8.637)	11.994	15.429	49.681	(77.071)	33
Regulatório	14.199	120.990	22.078	(5.263)	152.004	(47.164)	75.771	(87.026)	93.585
Total	568.100	148.736	173.274	(183.516)	706.594	(41.015)	720.591	(352.911)	1.033.259

A Companhia responde por processos judiciais de natureza trabalhista, cível, regulatórias e fiscal, interpostas contra a Companhia. Neste sentido, todas as causas foram avaliadas individualmente pelos assessores jurídicos internos e externos e os valores estimados de prováveis perdas foram provisionados com base em valores julgados suficientes para cobertura dos desembolsos com contingências. Os processos com possibilidade de perda provável foram 100% provisionados.

a) Riscos trabalhistas

Englobam reclamações de ex-funcionários próprios e empregados de empresas terceirizadas que pleiteiam vínculo empregatício com a Companhia e posterior equiparação em direitos aos empregados desta ou eventuais verbas inadimplidas por suas empresas.

b) Riscos cíveis

Grande parte da provisão vinculada a processos relacionados a pedidos de ressarcimento por reajuste tarifário supostamente ilegal, indenização por acidentes/morte com energia elétrica, desapropriações, ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais, ações judiciais envolvendo pedido de indenização por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica, suspensão do fornecimento e cobranças indevidas de valores.

c) Riscos regulatórios

O processo punitivo regulatório é disciplinado pela Resolução Normativa 063/2004 da ANEEL. As penalidades previstas pelo regulamento vão desde advertência até a caducidade da concessão ou da permissão. Estas penalidades são aplicáveis a todos os agentes do setor elétrico e calculadas com base no valor de faturamento.

d) Riscos fiscais

Os principais riscos fiscais os quais a Companhia está exposta são:

O Município de Aparecida de Goiânia ajuizou Execução Fiscal para cobrar IPTU referente aos exercícios de 2005 a 2008 de 6 imóveis da Companhia, no valor atualizado e provisionado de R\$ 33 em 31 de dezembro de 2017.

As ações classificadas como risco provável e passíveis de mensuração são reconhecidas nas demonstrações financeiras na rubrica “Provisões para demandas Judiciais” em contrapartida no resultado. Em ato contínuo, considerando a criação do FUNAC, caso a contingência seja decorrente de fato gerador anterior à data de aquisição do controle acionário da Companhia pela Eletrobrás, considerando que o desembolso será ressarcido pelo Fundo, é reconhecido o mesmo valor como contas a receber na rubrica de outros ativos.

Contingências passivas com risco possível

A Companhia possui ações de natureza tributária, cível, trabalhista e juizados especiais, que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e consultores legais como possível. As contingências passivas estão assim representadas:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Trabalhistas (a)	144.250	114.340
Cíveis (b)	1.938.503	6.141.101
Fiscais (c)	729.595	686.675
Juizados especiais	990	65.678
Total das provisões	<u>2.813.338</u>	<u>7.007.794</u>

(a) As atualizações dos valores são as adequações dos cálculos realizados pela auditoria de base, e também ao aumento de reclamatória trabalhista decorrente de ex-empregados que aderiram ao PAE/PDV no ano de 2017.

(b) Os processos mais relevantes referem-se à: as ações de cobranças propostas por determinados municípios do Estado de Goiás por suposta nulidade do convênio, a ação de cobrança do município de São Simão referente à compensação de créditos do ICMS (FOMENTAR) com faturas de energia elétrica e a ação de execução proposta pelo município de Goiânia referente à cobrança de ISS e multa formal.

Houve uma diminuição em relação ao ano de 2016 referente essencialmente a ação civil pública movida pela Associação Nacional de Consumidores - ANDECO em desfavor das distribuidoras, sendo o valor arbitrado específico da CELG D neste ano de 2017 foi de R\$ 6.898.589 classificado como “Remoto”. No ano anterior o processo era de R\$ 6.141.101 com efeito de causa possível.

(c) Autos de infração referente ao período de 2000 a 2005 lavrados pela Receita Federal do Brasil por ter a Companhia deixado de incluir nas bases de cálculo do PIS e da COFINS os valores referentes ao ICMS. A Companhia segue discutindo o tema através de ação judicial com decisão favorável em segunda instância. O valor envolvido nestes processos, atualizado em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 590.606 (R\$ 507.174 em 2016). No âmbito municipal, a Companhia discute ISS em execuções fiscais apresentadas pelo Município de Goiânia, no montante total de R\$ 115.641, em 31 de dezembro de 2017. A Companhia, além dos processos antes mencionados, possui ainda outros de menor valor que envolvem temas de PIS, COFINS, ICMS, IPTU e ISS no valor total atualizado até 31 de dezembro de 2017 de R\$ 23.348 (R\$ 14.357 em 2016).

22. Obrigações com benefícios pós emprego

A Companhia é patrocinadora de fundo de pensão, administrado pela FUNDAÇÃO CELG DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA - ELETRA, entidade fechada de previdência privada complementar, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos. Os planos administrados pela Companhia têm as seguintes principais características:

(a) Definição dos tipos de benefícios

A CELG D, através da ELETRA, oferece aos seus empregados dois planos de benefícios, sendo o primeiro instituído originalmente na modalidade de Benefício Definido - BD (em fase de extinção) e outro, denominado Plano Misto de Benefícios, instituído a partir de setembro de 2000, na característica de Contribuição Definida - CD, durante o período de acumulação e de Benefício Definido na fase de pagamento.

A CELG D tem responsabilidade no plano original de Benefício Definido, pelos custos das variações atuariais respectivas, tanto na fase de acumulação quanto na fase de pagamento de benefícios. No Plano Misto, a responsabilidade da CELG D, na fase de acumulação, é variável em função das quotas de recolhimentos dos associados, todavia limitada a um máximo de 20% das remunerações mensais. Na fase de pagamento, após a transferência da reserva acumulada em conta coletiva para o beneficiário da renda vitalícia, a CELG D assume a responsabilidade apenas pela variação negativa das hipóteses de sobrevivência.

(b) Cobertura do déficit técnico

Para cobertura do déficit técnico relativo ao Plano de Benefício Definido, apurado até 31 de agosto de 2000, a CELG D celebrou instrumento de consolidação e parcelamento de débitos, sendo o saldo a pagar registrado no exigível da Companhia.

(c) Descrição do plano de benefício definido

Características

Os benefícios deste plano, são concedidos a partir do SRB – Salário Real de Benefício, regulamentado e calculado com limites sobre a remuneração vigente do empregado na data da concessão e estão relacionados essencialmente à suplementação de aposentadoria.

(d) Descrição do Plano Misto de Benefícios

Características

O plano prevê a acumulação de reservas individualizadas, por recolhimento mensal de quotas pelos ativos e pela patrocinadora, com base compulsória de 2% sobre os salários, acrescidas de contribuições facultativas definidas pelos participantes em que a patrocinadora acompanha até o limite de 20% dos salários. Há ainda, contribuições extraordinárias do participante sem contrapartida da patrocinadora. O saldo de quotas acumulado na data de concessão do benefício é transformado em renda vitalícia. Os aportes patronais são mantidos em conta coletiva até a data da concessão, quando se transformam em nominativos aos beneficiários.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Os benefícios do plano estão relacionados essencialmente à suplementação de aposentadoria.

(e) Custo do Patrocinador

Política adotada para reconhecimento de perdas e ganhos atuariais:

De acordo com a divulgação dos resultados atuariais, efetuado por consultoria especializada, com base no CPC 33 (R1), o déficit atuarial apurado encontra-se suportado pelo contrato de confissão de dívidas firmado junto à ELETRA.

Plano de assistência saúde

A CELG D é uma das mantenedoras da caixa de assistência à saúde dos empregados da CELG – CELGMED, fundada em 1986, que opera plano privado de assistência à saúde classificada como autogestão, conforme art. 4º c/c art. 12, II da RN nº 137/2006, registrado junto a Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS sob o número 361461, como plano coletivo empresarial.

O **Plano Básico de Assistência à Saúde dos Empregados da CELG**, destina-se aos empregados ativos, inativos (aposentados) e pensionistas, bem como seus dependentes. A manutenção dos ex-empregados (aposentados) e pensionistas no **Plano Básico de Assistência à Saúde** é mediante ao pagamento da mensalidade integral, sem a participação da Companhia, ou seja, são autopatrocinados.

De acordo com o laudo atuarial o valor presente da obrigação de benefício definido, o custo do serviço corrente e custo do serviço passado, foram medidos utilizando o método de crédito unitário projetado.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Análise da obrigação atuarial

	31/12/2017	31/12/2016 Reapresentado
Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor presente da obrigação		
Valor presente da obrigação atuarial no início do período	577.337	380.995
Aumento (diminuição) líquido na DBO de aquisições / alienações	-	139.388
Custo dos serviços correntes	995	1.419
Custos dos juros	46.723	53.436
Perdas (ganhos) atuariais sobre a obrigação atuarial	93.852	19.980
Benefícios pagos pelo plano	(128.263)	(17.881)
Valor presente da obrigação atuarial ao final do período	590.644	577.337
Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor justo dos ativos dos planos		
Valor justo dos ativos do plano no início do período	298.779	274.885
Aumento (diminuição) líquido na DBO de aquisições / alienações	-	7.232
Retorno esperado dos ativos do plano	30.402	33.688
Contribuições do empregador	117.338	296
Benefícios pagos pelo plano	(128.263)	(17.881)
Ganhos (perdas) atuarias sobre os ativos do plano	114.335	559
Valor justo dos ativos do plano ao final do período	432.591	298.779
Conciliação do valor presente da obrigação e do valor dos ativos dos planos, com os ativos e os passivos reconhecidos no balanço patrimonial		
Valor presente das obrigações atuariais	590.644	577.337
Valor justo dos ativos	(432.591)	(298.779)
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	158.053	278.558
Efeito do limite para reconhecimento do ativo	-	-
(Ativo) passivo atuarial líquido	158.053	278.558
Efeito do reconhecimento de dívidas contratadas	723	3.296
(Ativo) passivo atuarial líquido apurado	158.776	281.854
Despesa reconhecida nas demonstrações do resultado		
Contribuições de participante	995	2.751
Juros sobre a obrigação atuarial	16.321	26.965
Total reconhecido na DRE	17.316	29.716
Categoria principal de ativos do plano representa do valor justo do total dos ativos dos planos		
Renda fixa	76.971	11.020
Renda variável	290.307	251.596
Investimentos imobiliários	32.348	2.297
Outros	32.966	33.866
Total do valor justo dos ativos do plano	432.592	298.779
Valores totais reconhecidos em outros resultados abrangentes		
(Ganho)/Perda sobre as obrigações atuariais	93.852	19.980
(Ganho)/Perda sobre os ativos	(114.335)	(559)
Montante reconhecido no período em ORA	(20.483)	19.421
Retorno real dos ativos dos planos		
Retorno esperado sobre os ativos do plano	30.402	33.688
Ganho (Perda) atuarial sobre os ativos do plano	114.336	559
Retorno real sobre os ativos dos planos	144.738	34.247

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Premissas biométricas adotadas

As principais premissas adotadas pelo atuário independente para a realização do cálculo foram:

Principais Premissas Atuariais	Plano BD	Plano Misto	Plano Médico	Plano FGTS
Taxa de desconto	9,72%	9,72%	9,93%	8,68%
Taxa de rendimento esperado dos ativos	9,72%	9,72%	9,93%	8,68%
Taxa de crescimento salarial	7,38%	7,38%	4,25%	7,38%
Taxa de inflação esperada	4,25%	4,25%	4,25%	4,25%
Reajuste de benefício concedidos de prestação continuada	4,25%	4,25%	4,25%	n/a
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua de entrada em invalidez	Light (Medium)	Light (Medium)	Light (Medium)	Light (Medium)
Tábua de mortalidade de inválidos	AT 49 (increased in 6 years)			

Em decorrência da correção de erros e mudanças nas práticas contábeis adotadas pela Companhia reapresentado 2016 (vide item 1.3). Foi apurado a necessidade de reconhecer o passivo de benefícios pós-emprego relacionado à multa de FGTS, plano médico e nos planos de benefícios.

23. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 4.658.679 representado por 255.286.739 ações ordinárias, sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2017 a composição do capital social por acionista e o valor da reserva de reforço de capital de giro (vide item 23d) era a seguinte:

Acionista	31/12/2017		
	Quantidade de ações ordinárias	% de Participação no capital	Milhares R\$
Enel Brasil S.A.	255.099.014	99,93	4.655.253
Outros	187.725	0,07	3.426
Total de ações em circulação	255.286.739	100,00	4.658.679

Dividendos

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro do exercício	110.328	21.221
Lucro ajustado	110.328	21.221
Ganho atuarial em benefícios pós emprego	24.465	(19.421)
Retenção de lucro		
Reserva reforço de capital de giro	134.793	1.800

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

b) Reserva de Capital

O montante de R\$ 3.507.653 foi constituído mediante a incorporação reversa da Enel Investimentos S.A (vide item 1.5).

c) Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social. Em virtude dos prejuízos apurados pela a companhia não foi constituída a reserva legal.

d) Reserva de reforço de capital de giro

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de reforço de capital de giro é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não pode exceder o montante do capital subscrito, conforme estatuto social da Companhia. A reserva de reforço de capital de giro pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações.

24. Receita operacional líquida

	31/12/2017	31/12/2016
	Reapresentado	Reapresentado
Fornecimento faturado	6.803.138	7.317.083
Fornecimento não faturado	52.243	(24.934)
Consumidores, concessionários e permissionários	6.855.381	7.292.149
Suprimento de energia elétrica	19.180	31.552
Baixa renda	28.694	28.287
Subvenção CDE - desconto tarifário	271.386	278.768
Disponibilidade da rede elétrica	43.134	40.517
Receita de construção	505.501	233.420
Ativos e passivos financeiros setoriais	367.093	(421.473)
Outras receitas	122.697	130.930
Receita operacional bruta	8.213.066	7.614.150
(-) Deduções da receita		
ICMS	(1.810.596)	(2.004.669)
PIS	(128.795)	(128.715)
COFINS	(593.239)	(592.869)
ISS	(2.722)	(2.143)
Encargo setorial CDE	(727.045)	(829.211)
P&D e eficiência energética	(43.578)	(42.800)
Taxa de fiscalização	(5.450)	(5.138)
Total de deduções de receita	(3.311.425)	(3.605.545)
Total	4.901.641	4.008.605

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

25. Outros custos e despesas operacionais

Descrição	31/12/2017					31/12/2016 Reapresentado				
	Custos de operação	Despesas de vendas	Despesas gerais e administrativas	Outros	Total	Custos de operação	Despesas de vendas	Despesas gerais e administrativas	Outros	Total
Pessoal (a)	(128.257)	-	(253.022)	-	(381.279)	(228.196)	-	(124.505)	-	(352.701)
Material	(10.702)	-	(8.504)	-	(19.206)	(8.577)	-	(8.615)	-	(17.192)
Serviços de terceiros	(402.731)	(22.209)	(62.869)	-	(487.809)	(422.252)	(17.644)	(57.583)	-	(497.479)
Energia elétrica comprada para revenda (b)	(2.881.807)	-	-	-	(2.881.807)	(2.325.379)	-	-	-	(2.325.379)
Encargos do uso do sistema de transmissão (b)	(255.515)	-	-	-	(255.515)	(185.491)	-	-	-	(185.491)
Encargos de serviços do sistema (b)	166.078	-	-	-	166.078	(80.634)	-	-	-	(80.634)
Depreciação e amortização	(166.265)	-	(10.161)	-	(176.426)	(121.924)	-	(8.833)	-	(130.757)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	(62.338)	-	-	(62.338)	-	(30.483)	-	-	(30.483)
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhist	-	-	41.015	-	41.015	-	-	(148.735)	-	(148.735)
Custo de construção	(505.501)	-	-	-	(505.501)	(233.420)	-	-	-	(233.420)
Indenizações DIC / FIC	(71.854)	-	-	-	(71.854)	(69.291)	-	-	-	(69.291)
Outros custos operacionais	(36.634)	-	(35.638)	-	(72.272)	(4.223)	-	(61.614)	-	(65.837)
Receita de multa por impontualidade de clientes	-	-	-	57.785	57.785	-	-	-	2	2
Outras receitas operacionais	-	-	-	499	499	-	-	-	875	875
Total	(4.293.188)	(84.547)	(329.179)	58.284	(4.648.630)	(3.679.387)	(48.127)	(409.885)	877	(4.136.522)

26. Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação da provisão para o imposto de renda e contribuição social, calculada pelas alíquotas fiscais vigentes, com os valores constantes na demonstração do resultado é apresentada abaixo:

	31/12/2017		31/12/2016	
	Imposto de renda	Contribuição social	Reapresentado Imposto de renda	Reapresentado Contribuição social
Lucro/Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(8.370)	(8.370)	(17.076)	(17.076)
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês	10%		10%	
	2.093	753	4.293	1.537
Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo				
Permanentes - despesas indedutíveis e multas	2.907	1.326	10.004	3.601
Incentivos fiscais e outros			-	-
Ativo Fiscal não constituído	(13.499)	(5.521)	13.863	4.999
Diferido Constituído s/ prejuízo (PERT)	96.058	34.581	-	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	87.559	31.139	28.160	10.137
Imposto de renda e contribuição social correntes	(7.588)	(20.017)		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	107.576	38.727	28.160	10.137
Total	99.988	18.710	28.160	10.137

27. Resultado financeiro

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u> Reapresentado
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira	6.332	5.647
Multas e acréscimos moratórios em conta de energia	3.966	197
Variações monetárias	21.595	49.040
Receita de ativo indenizável	1.195	14.631
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap	31.682	-
Variação monetária Parcela A e outros itens financeiros	44.124	202.140
Outras receitas financeiras	45.302	138.774
Total	<u>154.196</u>	<u>410.429</u>
Despesas financeiras		
Encargo de dívidas	(204.897)	(249.457)
Encargo de fundo de pensão	(16.321)	(26.965)
Multas	(42.839)	(104.975)
Variações monetárias	(56.978)	311.325
Correção P&D / PEE	(16.942)	-
IOF	(470)	(9.248)
SWAP	(27.800)	-
Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	(42.177)	(174.773)
Outras despesas financeiras	(7.153)	(45.495)
Total	<u>(415.577)</u>	<u>(299.588)</u>
Resultado financeiro	<u>(261.381)</u>	<u>110.841</u>

28. Seguros

Os principais ativos em serviço da CELG D estão segurados por uma apólice de risco operacional do Grupo Enel. A Companhia também mantém um seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Enel. Ambos os programas têm validade no período compreendido de 31 de outubro de 2017 a 31 de outubro de 2018. As especificações por modalidade de risco, estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data de vigência		Importância segurada	Limite máximo de indenização
	De	Até		
Risco operacional	31/10/2017	31/10/2018	R\$ 5.756.352	R\$ 163.510
Responsabilidade civil	31/10/2017	31/10/2018	N/A	R\$ 654.040

29. Transações com partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas à Companhia: seus controladores, administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) – Divulgações de partes relacionadas.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

As principais operações realizadas podem ser resumidas como a seguir demonstrado:

Natureza da Operação	31/12/2017		
	Ativo circulante	Passivo circulante	Receita (despesa)
Enel Cien S/A ^(a)			
Encargo de Uso	-	738	(3.119)
Enel Green Power Cachoeira Dourada S/A ^(b)			
Agente de Arrecadação	589	-	6.512
Enel Green Power Cachoeira Dourada S/A ^(b)			
Compra de energia	-	-	128
Enel Green Power Mourão S/A ^(c)			
Compra de energia	-	21	(254)
Enel Green Power Paranapanema S/A ^(c)			
Compra de energia	-	74	(881)
Enel Brasil S/A ^(d)			
Compartilhamento de Infraestrutura	-	715	-
Total de transações com partes relacionadas	589	1.548	2.386

(a) Enel Cien S.A: despesas com a Rede Básica no período, esses contratos são homologados pela ANEEL mediante despacho.

(b) Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A: decorre substancialmente de contratos para a cobrança na fatura de energia elétrica de valores referentes aos serviços e/ou produtos ofertados por esta aos clientes da Companhia e até 12 de julho de 2017, os saldos contábeis refletem as operações de compra de energia por parte da Companhia referente ao 15º Leilão de Energia Existente, promovido pela Agencia Nacional de Energia Elétrica –ANEEL.

(c) Enel Green Power: decorre de operações de compra de energia do regime de cotas físicas de garantia física. Com Green Power Paranapanema e Enel Green Power Mourão.

(d) Enel Brasil S.A: decorre de reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura.

Remuneração da administração

A remuneração total do conselho de administração e dos administradores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 encontra-se disposta no quadro abaixo. A Companhia mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho, não possuindo remuneração baseada em ações.

	31/12/2017	31/12/2016
Benefícios de curto prazo a empregados e administradores	2.060	70
Benefícios pós emprego	36	181
Outros benefícios de longo prazo	3.299	-
Salários e encargos	3.534	3.559
Total	8.928	3.810

30. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro

Considerações gerais

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas praticadas pelo mercado.

Fatores de risco

A linha de negócio principal da Companhia está concentrada na distribuição de energia elétrica em toda a área de concessão do Estado do Goiás. Sua estratégia está sintonizada com a gestão financeira que aplica melhores práticas para minimização de riscos financeiros, observando também os aspectos regulatórios. A Companhia identifica os seguintes fatores de riscos que podem afetar seu negócio:

Risco de crédito

Esse risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes ou de uma contraparte, em um instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. Esses riscos são avaliados como baixo, considerando a pulverização do número de clientes, o comportamento estatístico dos níveis de arrecadação e as políticas que estabelecem regras e limites para realizar operações com contrapartes. Essas políticas levam em consideração, dentre outras variáveis, a classificação de risco de crédito (rating) e valor do patrimônio líquido da contraparte.

Adicionalmente, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específicas. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir prováveis riscos de realização das contas a receber. A Administração considera bastante reduzido os riscos relativos aos créditos setoriais e indenizáveis, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, referente a custos não recuperados por meio de tarifa.

Risco de mercado (câmbio)

Este risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar em perdas para Companhia, como por exemplo, a valorização do dólar frente ao real, que aumentaria as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos indexados a dólar. A dívida em moeda estrangeira da Companhia não é significativa e não existe exposição a operações com derivativos de câmbio. A Companhia mantém monitoramento das taxas cambiais. O efeito da variação cambial decorrente de contrato de compra de energia é repassado na próxima revisão tarifária da Companhia.

Risco de encargos de dívida

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia possuía a seguinte exposição:

Caixa e equivalente de caixa	31/12/2017	%	31/12/2016	%
Selic	-	0%	-	0%
CDI	49.048	95%	45	0%
Pré-Fixado	2.422	5%	17.950	100%
Total	51.470	100%	17.995	100%

Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Derivativos	31/12/2017	%	31/12/2016	%
Taxa Fixa	704.610	62%	386.902	37%
CDI	295.110	26%	505.527	48%
IPCA	143.054	13%	165.112	16%
Total	1.142.775	100%	1.057.541	100%

Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias para captação de recursos para capital de giro e para empréstimos e financiamentos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. A liquidez da Companhia é gerida por meio do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e realizados com o objetivo de se precaver das possíveis necessidades de caixa no curto prazo. Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

As tabelas a seguir apresentam informações sobre os vencimentos futuros dos empréstimos e financiamentos da Companhia que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

	Menos de um mês	De um a três	De três meses a	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
31 de dezembro de 2017						
Empréstimos e Financiamentos Pré-fixados	21.195	56.844	88.571	885.521	72.018	1.124.149
	21.195	56.844	88.571	885.521	72.018	1.124.149
31 de dezembro de 2016						
Empréstimos e Financiamentos Pré-fixados	26.112	47.279	403.982	395.915	184.254	1.057.542
	26.112	47.279	403.982	395.915	184.254	1.057.542

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Os valores previstos para os próximos vencimentos dos instrumentos de hedge que também estão contemplados nos fluxos de caixa da Companhia estão dispostos a seguir:

	Menos de um mês	De um a três meses	Total
31 de dezembro de 2017			
"Swaps" de juros 05/07/17	6.506	-	6.506
"Swaps" de juros 22/08/17	-	4.744	4.744
	6.506	4.744	11.250

Valorização dos instrumentos financeiros

O método de mensuração utilizado para cálculo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos, taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço:

	Categoria	Nível	31/12/2017		31/12/2016	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo						
Caixa e equivalente de caixa	Valor justo por meio do resultado	2	97.770	97.770	76.144	76.144
Cauções e depósitos	Empréstimos e recebíveis	2	156.229	156.229	136.485	136.485
Consumidores	Empréstimos e recebíveis	2	1.221.689	1.221.689	951.934	951.934
Consumidores - serviços prestados	Empréstimos e recebíveis	2	1.650	1.650	1.809	1.809
Instrumentos financeiros derivativos - Swap	Empréstimos e recebíveis	2	18.216	18.216	-	-
Ativos financeiros setoriais	Empréstimos e recebíveis	2	81.155	81.155	-	-
Ativo indenizável (concessão)	Disponível para venda	3	6.154.199	6.154.199	1.939.107	1.939.107
Passivo						
Empréstimos e financiamentos em moeda nacion:	Outros passivos financeiros	2	1.142.775	1.142.775	1.057.541	1.057.541
Passivos financeiros setoriais	Outros passivos financeiros	2	116.988	116.988	310.885	310.885
Instrumentos financeiros derivativos - Swap	Outros passivos financeiros	2	-	-	-	-
Fornecedores	Outros passivos financeiros	2	1.798.508	1.798.508	916.038	916.038

Valor justo hierárquico

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;

Nível 2: Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;

Nível 3: Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Instrumentos financeiros

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira. Em 31 de dezembro de 2017 haviam 2 (dois) contratos de swap, sendo contratos de dólar para CDI, a fim de diminuir a exposição às flutuações das variações cambiais, conforme demonstrado abaixo:

Contraparte	Data dos contratos	Data de vencimento	Posição	Valores de referência	
				Moeda local	
				31/12/2017	31/12/2016
Contratos de swaps					
ITAÚ BBA INTERNATIONAL PLC	05/07/2017	06/07/2020	116,15 % CDI + 4,05 % %aa	182	-
ITAÚ BBA INTERNATIONAL PLC	22/08/2017	21/08/2020	115,80 % CDI + 4,02 % %aa	18.034	-

Os valores da curva e de mercado do instrumento financeiro (swap) de 31 de dezembro de 2017 estão dispostos abaixo:

Derivativo	Valor da curva	Valor de mercado	Diferença	Valor de referência (Notional)
Swap DI 05/07/2017 Itaú	6.355	182	(6.173)	250.000
Swap DI 22/08/2017 Itaú	(9.954)	18.034	27.988	300.000
	(3.599)	18.216	21.815	550.000

A estimativa de valor de mercado das operações de swap foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela BM&F na posição de 31 de dezembro de 2017.

Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Vide a seguir análise de sensibilidade nas dívidas da Companhia estabelecida por meio da projeção das receitas (despesas) financeiras para os próximos 12 meses de acordo com a curva futura dos indicadores divulgada pela B3 (anteriormente denominada BM&FBovespa). Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no Cenário Provável.

Instrumentos Financeiros	Risco	Base 31/12/2017	Cenários projetados - Dez.2018		
			Provável	Adverso	Remoto
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Redução do CDI	49.048	3.129	2.347	1.565
Ativo indenizável	Redução do IPCA	100.593	3.521	2.641	1.760
Instrumentos financeiros derivados	Alta do CDI	(570.765)	(36.415)	(45.518)	(54.622)
Empréstimos e financiamentos	Pre-fixado	(41.206)	(7.969)	(7.969)	(7.969)
Empréstimos e financiamentos	Alta do CDI	(345.235)	(22.026)	(27.532)	(33.039)
Empréstimos e financiamentos	Alta do IPCA	(167.354)	(5.857)	(7.322)	(8.786)
			(65.617)	(83.353)	(101.091)

31. Compromisso

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia acontecerão nos valores de R\$ 2.574.134 em 2018, R\$ 2.929.499 em 2019, R\$ 3.140.898 em 2020, R\$ 3.397.077 em 2021 e R\$ 86.592.320 após 2021.